



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Departamento de Sociologia – SOL

**A VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO
METROPOLITANO DE BRASÍLIA: UM ESTUDO DE
CASO NA UNAF (AREAL-DF)**

TAYNARA CANDIDA LOPES CANÇADO

Brasília/DF
2013

TAYNARA CANDIDA LOPES CANÇADO

**A VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO
METROPOLITANO DE BRASÍLIA: UM ESTUDO DE
CASO NA UNAF, AREAL-DF**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências
Sociais/ICS, Departamento de Sociologia/SOL da
Universidade de Brasília/UnB como pré-requisito
para obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Orientadora: Prof^{ca}. Dr^a. Christiane Machado Coêlho

Brasília/DF
2013

CANÇADO, TAYNARA CANDIDA LOPES.

A vulnerabilidade social no contexto metropolitano de Brasília: um estudo de caso na UNAF, Areal – DF.

Taynara Candida Lopes Cançado – Brasília, Distrito Federal, UnB 2013, pag. 86

Monografia de Graduação em Sociologia

1. Vulnerabilidade social 2. Segregação socioespacial 3. Brasília
4. Unidade de acolhimento 5. UNAF 6. Areal

TAYNARA CANDIDA LOPES CANÇADO

**A VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO
METROPOLITANO DE BRASÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NA
UNAF, AREAL-DF**

Monografia submetida à comissão Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Sociologia como requisito para obtenção de grau Graduado.

Brasília, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Christiane Machado Coêlho
Departamento de Sociologia – SOL/UnB

Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes
Departamento de Sociologia – SOL/UnB

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa
Departamento de Geografia – GEA/UnB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais,
Claudia R. L. Cançado e Valdecy J. da Silva,
e a Márcia L. Cançado.
Com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo sopro da vida, a inspiração e a esperança de cada dia. Aos meus pais, por seu apoio, generosidade, paciência e, sobretudo, amor.

Agradeço a minha família por ser meu refúgio e meu norte. De modo muito especial agradeço as minhas tias Márcia, Gláucia, Ana e Alice por me acolherem com tanto carinho em suas respectivas casas, contribuindo imensamente com a minha formação acadêmica e crescimento pessoal.

A minha Professora orientadora Christiane Coelho, por seus conselhos acadêmicos que, magicamente exigem, encorajam e tranquilizam. Além de professora é uma pessoa maravilhosa que demonstra não apenas muita sabedoria, mas também grande competência e muito talento em sua profissão.

Aos Professores Everaldo Costa e Brasilmar Nunes por aceitarem participar da banca avaliadora desse trabalho, por seus comentários de extrema relevância acadêmica e conselhos de extrema pertinência para trabalhos futuros. De modo especial agradeço ao Professor Everaldo Costa pela leitura e análise atenciosa dos capítulos.

Agradeço ao meu amigo, companheiro e namorado Rodrigo Dias, por seu amor e ternura, motivo de minha maior força nos últimos meses.

A tod@s os meus amigos e amigas por me presentear com alegria e fé na vida dia após dia. Na impossibilidade de citar o nome de cada um(a), menciono alguns dos que dedicaram mais tempo e paciência aos meus dramas existenciais: Alessandra Olinda, Benara Barbosa, Jéssica Albuquerque, Tamille Dias, Lídia Dias, Marcus P. Tondato, João Pimenta, Igor Caribé, Vinicius Lima e Tássia Ávila.

Agradeço imensamente a Martita e toda a equipe do Observatório da Juventude por terem me ensinado que o conhecimento extrapola a sala de aula e por termos vivenciado juntos esta experiência incrível que é a extensão universitária.

Agradeço ao Prof. Luciano e a toda minha equipe de dança de salão por partilharem comigo esta arte maravilhosa que tornou a vida metropolitana possível e prazerosa.

Agradeço aos moradores da Vila Areal e aos funcionários da UNAF (especialmente a Daniel Bonazzi) por contribuírem com este trabalho.

Por fim, meu Muito Obrigada aos acolhidos da UNAF por cada história e experiência compartilhada. Desejo-lhes o melhor.

*“Antes que seja tarde
A verdade
A exclusão tem nome:
Fome.*

*Não a fome natural
Que antecede o almoço
Mas a fome quase eterna
Que vem roendo do osso.*

*A fome que vem do berço
Talvez, no leite materno.
A fome que dificulta
O nosso engatinhar primeiro
E afoga em nossos olhos
Esse medo submerso.*

*É uma fome que traz
Em si a condenação
De outras fomes pra gente
De estudo, trabalho e chão.*

*Não é uma fome só
Que traz toda essa agonia.
É uma corja de fomes
Que age à luz do dia
Roubando nossa vontade,
Saúde e cidadania...”*

(Poema da Fome, Vicente Sá)

RESUMO:

O presente trabalho foi realizado com o intuito de desvendar processos formadores e reprodutores da vulnerabilidade social na cidade de Brasília. Dar ênfase a vulnerabilidade social implica ultrapassar perspectivas individualizantes e economicistas, abrindo margem à compreensão de um problema cuja ordem é estrutural. A condição de vulnerabilidade inclui privações tanto materiais quanto simbólicas, privações essas que se fundem e retroalimentam-se dando aspecto dinâmico à questão. No contexto urbano é possível detectar a sobreposição de vulnerabilidades entre determinados grupos e regiões, dado que a cidade contribui de maneira decisiva a estrutura de riscos e oportunidades oferecida a seus habitantes. Nesse sentido, Brasília aparece como objeto de estudo quase ideal, pois apresenta uma estratificação socioespacial evidente, conduzindo processos sociais vulnerabilizantes. Nesta cidade, a constância dos processos de segregação torna razoável supor uma tendência centrífuga da vulnerabilidade no território, utilizando também instrumentos simbólicos para sua atuação. A fim de verificar, ilustrar e aprofundar as hipóteses apresentadas foi realizada uma pesquisa de campo na Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF), na vila Areal - DF (antigo Albergue Conviver). A unidade responsável pelo acolhimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade social é menosprezada e rejeitada pela população local. O dilema da insegurança vivenciada em ambos os lados da moeda traduz a nível microsociológico processos que são, em realidade, globais. A cidade atua, portanto, enquanto mediadora, entre uma ordem global distante e a ordem próxima das relações interpessoais.

Palavras chave: Vulnerabilidade Social; Segregação socioespacial; Brasília; Unidade de acolhimento; UNAF; Areal

ABSTRACT:

This present work was developed with the intention to unravel processes of social vulnerability formation and reproduction in the city of Brasília. Emphasize social vulnerability implicate overtake the individualist and economist perspective, opening our vision for understanding this as a problem of structural order. The condition of vulnerability includes material and symbolic privations that merge and give it each other a feedback, giving a dynamic aspect to the question. In the urban context it is possible to detect a vulnerability overlap between some groups and regions, as the city contribute in a decisive way to the risk structure and the opportunities offered to your habitants. In this sense, Brasília appears as an object of studies almost ideal, because presents an evident social-spatial stratification, leading processes of social vulnerability. In this city, the constancy of segregation processes make reasonable to suppose a tendency of centrifugal vulnerability in the territory, also using symbolic instruments for its action. In order to verify, illustrate and deepen the hypotheses presented, a field research was conducted in the Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF), on the village of Areal – DF (an old hostel named CONVIVER). The unit responsible for refuge of social vulnerability individuals is overlooked and rejected by the local population. The dilemma of insecurity lived in both sides of the coin translate microsociological processes that are, in reality, global. Therefore, the city acts as a mediator between a distant global order and an order closer o to interpersonal relations.

Keywords: Social Vulnerability; social-spatial stratification; Brasília; Homeless Shelter; UNAF; Areal

SUMÁRIO:

| | |
|---|-----------|
| 1. IINTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. VULNERABILIDADE SOCIAL METROPOLITANA..... | 14 |
| 2.1 A vulnerabilidade social..... | 16 |
| 2.2 Condicionantes históricos da vulnerabilidade social..... | 18 |
| 2.3 A penosa consolidação da cidadania no Brasil..... | 21 |
| 2.4 A vulnerabilidade social metropolitana..... | 24 |
| 2.5 Processos vulnerabilizantes..... | 27 |
| 3. BRASÍLIA: PROTAGONISTA DA VULNERABILIDADE SOCIAL..... | 30 |
| 3.1 O contexto formador..... | 31 |
| 3.1.1 A transferência da capital..... | 31 |
| 3.1.2 O governo JK e seu discurso legitimador de Brasília..... | 32 |
| 3.1.3 A influência dos princípios modernistas no projeto urbanístico..... | 33 |
| 3.2 Os limites do planejamento urbano e o desmoronamento das premissas originais..... | 35 |
| 3.2.1 Primeiras contradições..... | 35 |
| 3.2.2 A segregação socioespacial..... | 36 |
| 3.2.3 Brasília, cidade estratificada social e espacialmente..... | 38 |
| 3.3 A vulnerabilidade metropolitana: para além da má distribuição de renda..... | 40 |
| 3.4 A marginalização da população vulnerável..... | 44 |
| 4. UM ESTUDO DE CASO NA UNIDADE DE ACOLHIMENTO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS (UNAF) - AREAL..... | 46 |
| 4.1. A relevância do estudo microsociológico..... | 46 |
| 4.2. Considerações Metodológicas..... | 49 |
| 4.3. Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF- Areal)..... | 51 |
| 4.4. Imaginário social acerca da UNAF..... | 58 |
| 4.5 Vulnerabilidade e Criminalidade..... | 62 |
| 4.6. Uma mesma categoria, diferentes histórias..... | 64 |
| 4.7. O Estigma..... | 67 |
| 4.8. O poder coercitivo das configurações sociais..... | 71 |
| 4.9. O efeito centrífuga da vulnerabilidade na metrópole..... | 75 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 76 |
| 6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA..... | 79 |
| 7. ANEXOS..... | 83 |

1. Introdução.

O presente trabalho dedica-se a estudar os processos produtores e reprodutores da vulnerabilidade social, assim como identificar como se opera a sobreposição dessas situações em algumas regiões de Brasília. Serão apresentados, também, alguns mecanismos que, ainda hoje, corroboram com o efeito centrífuga da vulnerabilidade social na metrópole.

A obra será dividida em três capítulos. Num primeiro momento, será trabalhada a definição de vulnerabilidade social e o aspecto que este fenômeno assume na moderna sociedade salarial. Será brevemente apresentado o desenvolvimento da Questão Social no Brasil, assim como as barreiras que este país encontra a uma consolidação efetiva de cidadania. Por fim, neste capítulo serão apresentados elementos para se pensar a vulnerabilidade social no contexto metropolitano, dado que são nestes espaços onde ela se concentra.

O segundo capítulo dará ênfase aos processos de produção da vulnerabilidade no contexto metropolitano do Distrito Federal. Neste capítulo serão apresentados os princípios fundadores e as contradições do planejamento urbano de Brasília, demonstrando que, desde sua formação, a cidade desenvolve traços de uma sociedade estratificada social e espacialmente, levando a uma intensa segregação socioespacial da parcela economicamente desfavorecida de sua população.

Por fim, no último capítulo, se buscará verificar, ilustrar e aprofundar as hipóteses apresentadas, a partir de um estudo de caso realizado na Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias de Taguatinga (UNAF- Areal/DF). Trata-se de uma pesquisa qualitativa em uma instituição especializada no acolhimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

O potencial analítico do conceito *vulnerabilidade* está no tratamento inovador que este oferece à questão social. O desafio a sua compreensão consiste em ultrapassar perspectivas individualizantes e economicistas, e entendê-lo como um problema de ordem estrutural, cujas raízes e dimensões são diversas e necessitam ser reveladas.

O termo vulnerabilidade pode assumir inúmeras significações, tanto no campo científico quanto na linguagem popular, no entanto, há entre elas um ponto em comum: estão associadas à exposição do indivíduo a determinados riscos e a sua capacidade de resposta frente a eles. A fim de compreender a vulnerabilidade metropolitana será

necessário considerar a relação existente entre a estrutura de oportunidades oferecida aos indivíduos nesse espaço e os ativos que estes possuem para desfrutá-la (KATZMAN,2011).

O espaço, mais que mero cenário, tem papel central na dinâmica da vulnerabilidade social. Analisar esse fenômeno nas metrópoles requer perpassar os processos de periferização e segregação socioespacial - sobretudo da população de baixa renda - que acompanham o desenvolvimento urbano. Para além de um distanciamento físico, trata-se também de um distanciamento social. Sendo a ordenação do território ditada por interesses de uma classe dominante, parcela considerável da população é, de forma direta ou indireta, expulsa do centro de decisões e de oportunidades. Tal segregação assume níveis diferenciados, porém, em suas últimas consequências faz com que os indivíduos, desprovidos financeiramente, destituídos de voz, de habitação, de oportunidades de ascensão e, muitas vezes, estigmatizados por sua condição, sejam lançados à subcidadania, estando, deste modo, ainda mais vulneráveis as contingências.

Trata-se de um problema que assola as metrópoles brasileiras de um modo geral, todavia, daremos ênfase à ocorrência do fenômeno no Distrito Federal. Brasília apresenta-se como um objeto de investigação que, se não ideal, está o mais próximo disso, pois, como bem aponta Holston (1993), a cidade exagera as distorções presentes no restante do país. Formulada a partir de princípios modernistas, a capital do Brasil foi planejada em 1956 para servir como modelo de uma cidade igualitária e democrática. Todavia, inserida na moderna sociedade salarial, modelada segundo a lógica de acumulação capitalista e guiada pelas mãos de uma elite política e econômica, com interesses bem circunscritos, não tardaram a surgir as primeiras contradições. Sua realidade atual, enquanto de uma cidade extremamente fragmentada e socialmente hierarquizada deixa claro que se subverteram suas premissas originais.

Brasília hoje possui um desenho urbano altamente desequilibrado. Os altos padrões de vida encontrados em sua região central são totalmente destoantes da realidade social de algumas cidades-satélites e de seu entorno. Esses últimos espaços, mantendo altos índices de vulnerabilidade social, apresentam uma série de carências quanto à estrutura de oportunidades oferecida a seus habitantes. Além do mais, esses

indivíduos possuem debilidade de capital físico, humano e social para aproveitar as oportunidades já existentes.

Para melhor compreender o fenômeno da vulnerabilização, assim como particularidades de sua manifestação, fez-se crucial um estudo de caso. A investigação foi realizada na Vila Areal – DF. Esse território foi considerado pelo *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos* (DIEESE) um território vulnerável, em vista de seu índice de vulnerabilidade igual a 54,7% (DIEESE, 2011). Uma particularidade da Vila, e a principal razão por tê-la tomado como objeto de estudo, é a presença ali da *Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias* (UNAF Areal). A UNAF, popularmente conhecida como *Albergue*, é a instituição governamental responsável pelo acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ali se encontram indivíduos das mais diversas realidades sociais: moradores de rua, andarilhos, migrantes que vêm em busca de trabalho, tratamento médico, aposentadoria, etc. A população do Areal, por sua vez, vive uma grande inquietação com relação a presença do Albergue na região.

Sem pretensão de tomar partido e analisar a situação através de juízo de valores, entende-se que esse dilema é representativo de um dilema maior que é a própria vulnerabilidade no contexto metropolitano. Foi, portanto, realizada uma pesquisa qualitativa na UNAF - Areal, tendo como técnica de investigação a história oral, e como instrumento de pesquisa a aplicação de entrevistas semi-estruturadas. Como metodologia complementar foram realizadas análises documentais e de imprensa, além da observação participante da pesquisadora. As entrevistas foram aplicadas em diferentes atores sociais envolvidos no dilema: moradores do areal, funcionários e acolhidos da UNAF. A situação no Areal nos oferece elementos cruciais para se pensar as últimas consequências dos processos de vulnerabilização, seja pela condição precária na qual se encontra a maior parte dos albergados, pela insegurança vivenciada no Areal ou, por fim, pela reação da sociedade frente a eles.

É necessário conhecer e analisar mais profundamente as situações de vulnerabilidade social vivenciadas no Distrito Federal para, então, organizar ações de prevenção, proteção e inserção social dessa população, assim como contribuir para o desenvolvimento das potencialidades e um melhor aproveitamento dos recursos nestes locais. Tal estudo pode contribuir à formulação de políticas públicas de caráter

integrado, descentralizado e participativo, na medida em que reconhece que os condicionantes da vulnerabilidade têm origem não só econômica, mas também espacial, política, e até mesmo cultural. Trata-se de um emaranhado complexo de condicionantes, que não por isso pode ser ignorado. Um estudo sério sobre a questão deverá buscar correlações entre as diferentes problemáticas urbanas, assim como a forma com que elas se sobrepõem e se retroalimentam.

2. A vulnerabilidade social metropolitana.

Qualquer olhar atento voltado à realidade social brasileira poderá constatar que seu atual desenvolvimento econômico não traduz a qualidade de vida de sua população. A dinâmica modernizante aqui operacionalizada desencadeou uma série de processos segregadores e excludentes que pouco a pouco foram desenhando a estrutura social e territorial fragmentada desse país. A vulnerabilidade em massa constitui hoje a face moderna de tais processos, expondo grande parte da população brasileira a uma série de violações e destituições que se materializam no território metropolitano, impossibilitando a consolidação de uma cidadania efetiva.

De acordo com Castel (2012) a existência e manutenção de segmentos desprivilegiados inscrevem-se, independente da época, numa dinâmica social global. Assim, com o passar do tempo mudam-se suas manifestações, todavia, podemos encontrar continuidades em sua dinâmica. A homologia existente entre as diferentes configurações que a questão social assume, desde períodos pré-industriais até a moderna sociedade salarial, torna razoável supor a existência de constantes no tempo e no espaço que necessitam ser consideradas. Desse modo, é crucial desvendar estruturas e processos vulnerabilizantes que originam, sustentam e intensificam o quadro da subcidadania que assola o contexto metropolitano brasileiro.

A fim de desvendar tais estruturas e processos, temos na metrópole um objeto de análise privilegiado. Segundo Ribeiro (2007) esses espaços são o centro dos dilemas políticos, sociais e econômicos do país. A cidade atua como mediadora entre uma ordem distante, ditada por grandes instituições, e uma ordem próxima, que corresponde às relações sociais mais imediatas. Existe, pois, uma ordem global que projeta sobre o território urbano relações sociais de dominação, apropriando-se dele e esculpindo-o de acordo com interesses próprios (Lefebvre, 2001). Segundo Lefebvre (2001) haveria três

níveis de análise fundamentais para os estudos urbanos: os processos gerais globais, a cidade enquanto mediadora e as relações sociais imediatas. Esses três âmbitos não devem ser confundidos nem separados, mas devidamente articulados em prol de uma análise totalizante da realidade urbana. Os três capítulos do presente trabalho buscam realizar esse trajeto.

A vulnerabilidade metropolitana não pode ser tomada como efeito do acaso, tampouco como resultado de conjunturas locais. Não se trata, ainda, do produto inevitável de uma história sem atores e responsáveis. Segundo Lefebvre (2001) mesmo a desordem oculta uma ordem, e esta necessita ser revelada. É fundamental, portanto, desvendar processos formadores e reprodutores deste cenário excludente, e depredador da qualidade de vida, que tem se tornado os grandes centros urbanos. Castel (2012) afirma que a questão da exclusão *“desloca para a margem da sociedade o que a atinge primeiro no coração”* (p.495). Deste modo, há que se buscar as raízes mais profundas deste fenômeno, considerar a indissociabilidade de todos os elementos componentes da dinâmica desigual que sustenta a segregação e a espoliação urbana.

De acordo com esse autor a exclusão não seria a ausência de relação social, mas *“um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo”* (CASTEL, 2012). Assim, a existência de um grupo “out” só se concretizaria em oposição à simultânea consolidação de um grupo “in”. Essa realidade não se constrói a partir de um marco histórico específico, trata-se de processos que não podem ser analisados seguindo um modelo estático. Por essa razão Castel enfatiza que o conceito “exclusão” não é totalmente adequado para a representação de tal realidade, dado que é uma noção estanque.

Investigar a realidade metropolitana através da “vulnerabilidade social” nesses locais apresenta algumas vantagens analíticas. Tal abordagem nos permite uma maior compreensão das situações de precariedade vivenciada por seus habitantes, para além de determinações econômicas. Ainda que os riscos recaiam mais facilmente sobre os segmentos da população desprovidos de reservas econômicas, essa não é unicamente dimensão determinante. Assim, faz-se crucial demarcar o conceito, até o momento um pouco vago, de vulnerabilidade social.

2.1 A Vulnerabilidade Social

A noção de *Vulnerabilidade* é constantemente utilizada nas mais diversas áreas, seja no campo político, científico, ou mesmo entre a sociedade civil. É na definição apresentada por Chambers (1989), apud MOYA (2010) que podem ser encontrados três de seus principais elementos caracterizadores: a exposição de um indivíduo ou grupo a determinados riscos, a capacidade desse em enfrentá-los, assim como a potencialidade desses riscos em trazer sérias consequências aos afetados. Outras duas definições nos permitem aprimorar tal entendimento, de acordo com Busso (2001), apud MOYA (2010) a vulnerabilidade social estaria relacionada à debilidade ou a força dos ativos que indivíduos, famílias, ou domicílios dispõem para enfrentar os riscos existentes no entorno que implicam perda de bem estar. Na mesma linha de pensamento Katzman (2000), apud MOYA (2010), considera a vulnerabilidade como a incapacidade de uma pessoa ou domicílio em se aproveitar da estrutura de oportunidades disponíveis na sociedade, a fim de melhorar seu bem-estar ou impedir que ele se deteriore. A partir dessas definições é possível encontrar os principais elementos analíticos do processo de vulnerabilização: os riscos da conjuntura, a estrutura de oportunidades oferecida aos indivíduos e o conjunto de atributos que se faz necessário para que esses a aproveitem de modo eficaz.

Em que consiste, no entanto, a condição de vulnerabilidade? De acordo com Castel (2012), a vulnerabilidade social estaria marcada pela precariedade das relações com o mercado de trabalho somada a fragilidade dos suportes de proximidade do indivíduo. Partindo dessa constatação o autor desenvolve um modelo analítico formado por zonas diferenciadas de densidade das relações sociais, seriam elas: zona de integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação. A vulnerabilidade, portanto, não é uma condição estanque, tampouco é o destino final do processo de vulnerabilização. A desfiliação representaria o desfecho desse processo, caracterizando-se pelo total desligamento do indivíduo das redes de sociais e do mercado de trabalho.

Katzman (2000) também enfatiza os elementos da relação instável com o mercado de trabalho e da fragilidade dos vínculos de proximidade em sua conceituação de vulnerabilidade. A esses dois elementos, o autor acrescenta o baixo grau de acesso, e a má qualidade, dos serviços públicos oferecidos a determinados seguimentos da

população. Seriam esses os responsáveis pela defasagem dos ativos requeridos a superação dos riscos presentes em uma conjuntura.

Kowarick (1979) desenvolve uma noção bastante elucidativa da condição de vulnerabilidade no contexto metropolitano, a *Espoliação urbana*. Para o sociólogo este processo estaria relacionado a um somatório de extorsões as camadas populares, que implica em retirar desses indivíduos algo ao qual têm direito. A expressão mais visível de tal extorsão seria a segregação socioeconômica e espacial presentes nas metrópoles, impossibilitando grande parte de seus habitantes a ter um acesso digno aos bens e serviços do sistema. Segundo o autor, é fundamental abarcar os vários aspectos da exclusão visando alimentar um debate ligado à expansão da cidadania brasileira. Diante dessa possibilidade, é válido considerar os apontamentos de Telles (2001) sobre a penosa consolidação da cidadania no Brasil.

Telles (2001) afirma que o processo de modernização brasileira levou a uma desfiguração das noções de justiça e igualdade, deixando inúmeros segmentos da população vulneráveis a uma violência simbólica. Tal violência seria caracterizada pelo desapossamento simbólico da população economicamente desprivilegiada, inserida em uma sociedade altamente hierarquizada e de tradição tutelar. O risco ao qual essa população estaria exposta seria, portanto, sua própria destituição. Indeterminados socialmente, esse grupo estaria privado de sua própria palavra, que seria extremamente necessária a reivindicação de suas demandas. Soma-se a isso, a depredação de sua identidade, reflexo da constante estigmatização à qual está submetido.

Podemos concluir que a condição de vulnerabilidade à qual nos referimos no presente trabalho se constitui na fragilidade dos vínculos sociais e laborais, assim como pela defasagem, e má qualidade, dos serviços públicos ofertados no contexto metropolitano. Tal condição materializa-se através da segregação socioeconômica e territorial e culmina numa destituição simbólica dos indivíduos marginalizados, impedindo a consolidação de uma cidadania plena.

Quanto ao conjunto de atributos necessários ao bom aproveitamento da estrutura de oportunidades, este seria formado pela mobilização de três tipos distintos de capitais: capital físico, humano e social (Katzman, 2000). O capital físico é composto por bens materiais e financeiros essenciais para a busca de bem-estar em determinada sociedade. Já o capital humano incluiria ativos individuais do sujeito como atributos

correspondentes a seu trabalho, saúde e educação. Por fim, o capital social corresponde às redes de reciprocidade e contatos, incluindo também o acesso a informação. A debilidade de tais ativos permite a instalação do indivíduo em uma zona de vulnerabilidade social onde haverá uma maior exposição aos riscos da conjuntura, além da maior capacidade destes em lhe causar danos.

Segundo Katzman (2000), uma abordagem elucidativa da vulnerabilidade social deve necessariamente recorrer à análise qualitativa das configurações de dada sociedade, isso porque se por um lado os dados quantitativos permitem uma boa representação dos capitais físico e humano, por outro lado eles deixam a desejar quanto a captação de elementos relacionados ao capital social. Por mais úteis que sejam as mensurações quantitativas, elas dizem respeito a fatores e variáveis isoladas, estando assim limitadas a uma observação fragmentada da questão.

O capital social tem sido constantemente subestimado nas análises científicas em prol dos demais atributos que são mais facilmente quantificáveis. Há que se ressaltar, todavia, que este tipo de capital é fator indispensável ao estudo dos processos de vulnerabilização. Apenas através dele será possível desvendar as especificidades de uma população vulnerável no contexto metropolitano.

É possível observar, portanto, que além da renda, inúmeros outros fatores constituem-se obstáculos à redução da vulnerabilidade social. Sua superação exige não apenas conquistas materiais, mas também mecanismos que facilitem o devido aproveitamento das estruturas de oportunidade, assim como o desenvolvimento de instrumentos que levem a uma maior integração social.

Tendo esclarecida a noção de vulnerabilidade social, será necessário agora desvendar o percurso histórico formador de nossa atual dinâmica vulnerabilizante. A fim de desvendar os condicionantes da vulnerabilização, Castel (2012) reconstrói os principais acontecimentos que culminaram na moderna sociedade salarial.

2.2. Condicionantes históricos da Vulnerabilidade Social

Em períodos pré-industriais a sociedade ocidental era predominantemente governada por um Estado absolutista e orientada pela lógica das tutelas. Aqui a vulnerabilidade nascia do excesso de coerções. Neste tipo de formação social o trabalho assalariado representava uma condição incerta, indigna e até mesmo miserável, todavia,

a organização tradicional das redes familiares e comunitárias contribuía na garantia de proteção ao indivíduo. Ainda que a pobreza pudesse ser imensa e generalizada ela não representava importante fator de desestabilização interno, dada a própria rigidez de tais estruturas sociais (CASTEL, 2012).

O grande divisor de águas ocorreu no final do século XVIII com a Revolução Industrial. A partir daí se desenvolve o modo de produção capitalista e emana a governabilidade liberal, modelada pelo pensamento iluminista. O liberalismo veio destruir a ordem arbitrária da sociedade do Antigo Regime, substituindo os tipos de trabalho regulado e forçado pelo livre acesso ao trabalho. O mercado, portanto, deveria atuar livremente abrindo margem as iniciativas privadas, ao esforço individual, e a livre competição. Caberia ao Estado uma intervenção mínima sobre o mercado, sendo seu papel principal garantir que os jogos de interesses pudessem se expressar livremente.

A modernidade liberal pretendia ser uma resposta definitiva à vulnerabilidade social da época, no entanto, representou apenas uma reformulação de seus condicionantes. O livre acesso ao trabalho mostrou-se uma solução limitada, dificilmente operacionalizável e recheada de contradições, desencadeando processos socialmente desastrosos (Castel, 2012). O advento do monopólio quebra a livre circulação, de tal modo que o mercado passa a representar interesses e valores de grupos sociais bem circunscritos.

Ao longo do século XIX se instaura o que pode ser considerado o mais devastador de seus efeitos, o pauperismo. A miséria passa a representar a outra face do “progresso”. No entanto, a precariedade não se restringe a pobreza ou a miséria. A nova versão da Questão Social diz respeito a uma instabilidade estrutural que atinge não somente os desempregados, mas também uma ampla parcela dos trabalhadores, que estaria constantemente ameaçada a cair na precariedade.

A vulnerabilidade social é desencadeada por novos núcleos de instabilidade. Ela refere-se ao enfraquecimento das proteções que, neste momento, estavam diretamente vinculadas a uma relação estável com o mercado de trabalho. Tal estabilidade, porém, era inviabilizada pelo modelo de produção vigente. Assumindo outra dimensão, a vulnerabilidade social apresenta-se agora como uma Vulnerabilidade de massa (CASTEL, 2012).

“O trabalho, como se verificou ao longo deste percurso, é mais que o trabalho e, portanto, o não trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco” (p. 496). “Mas o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A precarização do trabalho constitui-lhe uma outra característica, menos espetacular porém mais importante” (CASTEL, 2012, p. 514).”

Inseridas na lógica liberal, as flutuações das trocas comerciais se intensificam, tornando os produtores diretos mais dependentes dos acasos do mercado. A flexibilidade caracteriza este novo sistema, estabelecendo à necessidade de ajustamento imediato do trabalhador as flutuações da demanda. Nesse sentido, mesmo os trabalhadores assalariados viveriam uma condição de instabilidade, entregues as incertezas do amanhã.

Na Sociedade salarial moderna as identidades sociais se constroem, sobretudo, a partir da posição ocupada pelo indivíduo no mercado de trabalho. Acontece que nesta sociedade determinados grupos se sobressaem através do acúmulo de capital econômico, social e cultural, criando uma ordem hierarquizada em diversas dimensões. A postura de liberação do indivíduo, que se apresentava como horizonte possível no discurso liberal, é inviabilizada por uma série de hierarquias que desenham categorias e espaços sociais bem demarcados. Temos, portanto, uma estrutura caracterizada pelo déficit de posições sociais com reconhecimento e utilidade pública. Uma última consequência da governabilidade liberal em comunhão com o modo de produção capitalista trata-se da profunda degradação moral que veio somar-se a miséria material de grande parcela da população (Castel, 2012).

A degradação moral se deve a uma mudança radical na concepção do trabalho, que passa a ser visto como uma espécie de obrigação moral, único antídoto contra as ociosidades e vícios do povo. A inevitável formação de um grupo de supranumerários origina indivíduos privados de uma posição no mercado de trabalho, assim como desprovidos de proteção e reconhecimento social.

Após esse fracasso do otimismo liberal, surge a necessidade de uma mudança na concepção dos papéis do Estado visando oferecer proteção social aos indivíduos

desfavorecidos estruturalmente. Tal transformação não se deu por um voluntarismo político benevolente, mas sim como resposta de um sistema ameaçado por inúmeras tensões sociais. *“As lições da economia e não as inclinações do coração, levam a lançar um novo olhar sobre os desgraçados: o interesse”* (Castel, 2012). É assim que, modelado pelo pensamento Keynesiano, surge o Estado de bem-estar social, ou Estado-providência.

Neste contexto, a formatação do Estado exigia uma maior intervenção sobre o Mercado, objetivando a estruturação da sociedade industrial pela combinação de três elementos: crescimento econômico, quase pleno emprego e o desenvolvimento de direitos trabalhistas. Castel (2012), todavia, enfatiza que tal organização assume caráter inacabado, efeitos perversos e resultados contraditórios. Com essa afirmação o autor denuncia a face oculta da problemática, o processo de despolitização da sociedade (devido às formas burocráticas e impessoais de sua gestão), assim como os efeitos individualizantes que engendrou. Seu funcionamento não levaria a eliminação da pobreza, mas, caberia ao Estado assegurar uma gestão coletiva dos riscos para que as tensões existentes na formação social não ameaçassem desestabilizar a ordem vigente. Com o passar dos anos a proteção social assume caráter vital ao sistema, sendo indispensável hoje à reprodução da classe trabalhadora. De acordo com Ribeiro (2007) um sistema não mercantil de gestão dos riscos tornou-se fundamental a qualquer sociedade capitalista, nas quais indivíduos isoladamente não são capazes de gerir as contingências sociais.

A vulnerabilidade na moderna sociedade salarial, portanto, resulta da combinação entre o individualismo no campo das conquistas e uma série de lacunas impeditivas a competição igualitária por estas. Indivíduos desfalcados de capital físico, humano e social se vêm lançados sobre suas próprias descapacidades, tornando-se totalmente dependentes das proteções do Estado, quando não abandonados também por ele.

2.3 A penosa consolidação da cidadania no Brasil

Após perpassar alguns dos processos históricos determinantes dos condicionantes modernos da vulnerabilidade social, faz-se válido entender os aspectos particulares de tais processos no contexto brasileiro. Serão enfatizados os principais momentos da penosa busca pela consolidação da cidadania no Brasil, a fim de

demonstrar as dificuldades que o país encontra à superação da vulnerabilidade social de seu povo.

O Brasil, no período marcado pela República Velha, apresentava explicitamente uma série de desigualdades em sua configuração, refletindo resquícios de uma realidade recentemente escravista (Telles, 2001). Nos anos da década de 1930, com o estado getulista, foram dados os primeiros passos à ruptura com uma arbitrariedade desregrada do mando patronal, e a caminho de uma possível civilidade. No entanto, a formulação do salário mínimo e de uma legislação social não implicou necessariamente sua vigência prática, assim como não impediram a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora. Se por um lado emana nesse período uma noção de igualdade, ela não se universaliza, tendo como pressuposto o pertencimento corporativo do indivíduo. Além disso, os únicos modos aceitos de contestação limitavam-se a caminhos burocráticos e procedimentos jurídicos, sendo de difícil acesso a grande parte da população (Telles, 2001).

Nestes anos iniciou-se a modernização brasileira. No século XX, a década de 30 é marcada por um amplo processo de urbanização devido à transformação da cidade em sede da produção industrial (Brasilmar, 2004). Na década de 1950, o Plano de Metas proposto pelo então presidente Juscelino Kubitschek “50 anos em 5”, visava uma reformulação total da realidade econômica e social do país através de grandes investimentos em infraestrutura de base e tinha na construção de Brasília sua meta síntese. De acordo com Kowarick (2000), o otimismo desenvolvimentista deste período marcou o *laissez-faire* urbano, desencadeando uma intensa urbanização predatória e espoliativa. O país em meados do século XX redesenha sua configuração socioespacial a algo totalmente novo, já que o advento da vida urbana engendrou intensas e constantes migrações aos polos industriais do país.

Na década posterior o Brasil vivenciou um momento de extrema significância, que ficou conhecido como o Milagre Econômico Brasileiro. Este momento revelou uma grande contradição: o crescimento econômico explodiu ao mesmo tempo em que se intensificava a dilapidação da força de trabalho. A deterioração nos níveis de remuneração, a elevação da taxa de mortalidade infantil, o aumento da jornada de trabalho e do tempo de locomoção entre casa e emprego, assim como uma significativa alta no desemprego, não foram o bastante para sustentar tal crescimento econômico. “O

progresso exige ainda que a democracia seja comprometida” (Kowarick, 1979). A viabilização do Milagre Econômico implicava, pois, que a sociedade civil fosse mantida desativada. Sindicatos, partidos, imprensa, e membros da sociedade civil que se opunham àquele modelo excludente de desenvolvimento, foram altamente reprimidos.

Nos anos 1970 o quadro se intensifica. Renasce o liberalismo como modelo de orientação governamental, desencadeando um recuo nas políticas sociais, privatização de serviços públicos, intensificação de desigualdades sociais, aumento da atividade especulativa, aumento da subcontratação, queda nos investimentos em capital fixo, além de declínio do poder sindical (Maricato, 2007). Por outro lado, esses anos também foram marcados por um forte movimento de resistência ao autoritarismo ditatorial. Neste período, inúmeras lutas sociais se processavam mesclando reivindicações trabalhistas e demandas comunitárias (Kowarick, 2000). A emergência desses movimentos no cenário público deram origem, na década de 1980, a uma série de embates políticos que culminaram no fim do Regime Militar e na emergência de um processo de redemocratização. Aqui o grande divisor de águas foi a Constituição de 1988, que refletia as aspirações do povo por democracia e igualdade. Tal experiência teve efeitos significativos no que tange aos direitos políticos do povo brasileiro, todavia, as condições continuaram bastante precárias em relação às dimensões social e civil (Telles, 2001). Além disso, nas décadas seguintes houve um amplo esvaziamento do campo político no qual essas conquistas foram alcançadas.

Segundo Telles (2001), o Brasil passou na década de 1980 por um período de forte contestação, onde inúmeros esforços eram dedicados a pensar novos horizontes possíveis no que tange cidadania. Entretanto, este universo questionador foi se deteriorando e já não se reflete mais sobre a pobreza brasileira dentro de uma dimensão ética. A pobreza tornou-se banalizada, ela corresponde a uma realidade capaz de gerar desconforto e compaixão, mas que, todavia, não incita responsabilidades individuais e coletivas (Telles, 2001). A grande ambivalência da modernização brasileira teria sido a desestabilização do quadro de referências que apontam a cidadania como um horizonte possível.

O histórico político e econômico brasileiro é marcado por incontáveis avanços e retrocessos no que tange a consolidação da cidadania. Por mais que se busque avançar nesse sentido, nossa dinâmica social é movida por uma lógica segregacionista. A

pobreza aqui apresenta caráter funcional. O progresso, estabilidade e bem-estar de uns tem sido alcançado à custa da desestabilização, degradação e vulnerabilização de outros.

Inseridos numa sociedade altamente hierarquizada, submetidos às exigências flexíveis do mercado econômico, diante das debilidades de nosso sistema de proteção social, e de uma sociabilidade moderna segregadora e excludente, é inevitável a exposição dos indivíduos à condição de subcidadania. Este risco, como qualquer outro, incide de maneira diferenciada sobre grupos, espaços e situações distintos. O risco à subcidadania, ainda que alcance uma ampla parcela da população, incide preferencialmente sobre a população economicamente desprivilegiada.

A problemática urbanização brasileira engendrou ainda uma espacialização da vulnerabilidade, que teve na periferia dos grandes centros urbanos seu alvo preferencial. Nestes espaços, coexiste a sobreposição de diversas situações de vulnerabilidade e um somatório de processos que as sustentam e retroalimentam, tornando-os objeto de estudo privilegiado para o presente trabalho.

2.4. A vulnerabilidade social metropolitana

A problemática urbana deve ser entendida a luz de processos socioeconômicos e políticos que atuam diretamente na produção de seu território. A distribuição espacial da população na metrópole acompanha a estratificação imperante em sua organização social. A cidade expressa seu sistema de desigualdades através da segregação e marginalização da parte menos favorecida de seus habitantes. Conforme se atenuam as disparidades entre os bairros, diferencia-se também a qualidade da infraestrutura e dos serviços nestes locais, deteriorando as condições de vida de determinados segmentos, ao mesmo tempo em que afeta suas possibilidades de uma inserção estável no mercado de trabalho (Katzman, 2001). A noção de *Espoliação urbana*, desenvolvida por Kowarick (1979), é bastante elucidativa dessa realidade. Trata-se de um somatório de extorsões que se opera através da precariedade, ou inexistência, de serviços de consumo coletivos, necessários à subsistência do trabalhador nos grandes centros urbanos. Tal precariedade contribui para que se intensifique a dilapidação sofrida por estes atores no âmbito das relações de trabalho.

Segundo Lefebvre (2001) Urbanização e industrialização correspondem a duas faces de um mesmo processo, portanto, são fenômenos analiticamente indissociáveis.

Com a intensificação da industrialização brasileira, as cidades se tornaram os grandes centros empregatícios do país, presenciando, num curto período de tempo, um crescimento descomunal. De acordo com Kowarick (2001), o excedente urbano exerceu forte pressão sobre a oferta de habitação, que crescia juntamente com os interesses especulativos na valorização dos terrenos. O setor imobiliário passou a apropriar-se das principais áreas nos núcleos urbanos, aguardando melhorias na infraestrutura que viessem a encarecer sua propriedade. Um ator de fundamental importância nesse processo foi o próprio governo, ao elaborar planos de re-urbanização que favoreciam enormemente o mercado imobiliário. Outra face deste processo foi a expulsão das camadas economicamente desfavorecidas para áreas periféricas, afastando-as de seus locais de trabalho e dificultando enormemente seu deslocamento. Esta população periférica é constituída por grande parte da massa trabalhadora que move a economia da cidade. Ainda que sejam colocados à margem da sociedade, a relação de interdependência entre seus atores torna tais regiões indispensáveis ao funcionamento do sistema.

As condições impostas à população periférica dificultam enormemente a conquista de empregos estáveis. A complexa divisão do trabalho, resultante do modelo econômico vigente, impõe uma série de qualificações ao trabalhador, requerendo sempre maiores conhecimentos e especializações. Ao mesmo tempo, há um estreitamento das oportunidades laborais àqueles com pouca, ou nenhuma, qualificação. Diante deste quadro, a população periférica, sujeita a um maior déficit de capital físico e humano, encontra-se em posição de desvantagem na competição por melhores cargos. A realidade dessa população é marcada por baixos níveis salariais, altos índices de trabalho informal e desemprego.

Tendo de manejar baixos salários para suprir consumos básicos individuais e familiares, estes indivíduos encontram nas habitações informais a única solução de subsistência na cidade (Kowarick, 1979). Além disso, parcela considerável da população periférica é composta por migrantes advindos da zona rural, ou pouco urbanizada, que ao se depararem com exigências laborais dos grandes centros urbanos, sofrem um processo de perda das propriedades cognitivas. Isso significa que o conhecimento interiorizado em suas experiências passadas apresenta pouca serventia na cidade. Soma-se a tais adversidades a desvalorização prematura da força de trabalho

idosa, agora facilmente substituível, intensificando, assim, o desemprego e o subemprego (Kowarick, 1979).

Um grande empecilho à reversão deste quadro é o conjunto de soluções parciais e superficiais que se apresentam como resposta, a começar pelo urbanismo ideológico que organiza o espaço. Lefebvre (2001) aponta que a racionalidade organizadora, que está na origem do urbanismo, formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço, ignorando seus condicionantes históricos e sociais. A arquitetura não teria, isoladamente, a capacidade de definir novos rumos para a sociedade. Também a forma de gestão urbana se torna instrumento de dominação cultural, ideológica e política. De acordo com Maricato (2007), os discursos recheados de boas intenções dos gestores urbanos, distanciam-se enormemente da prática, ocultam a cidade real e reduzem a participação democrática a uma mera subordinação dos indivíduos a interesses hegemônicos. A autora aponta três importantes linhas de interesse do investimento público urbano: aquela orientada pelos interesses do mercado imobiliário, outra definida pelo marketing urbano (cujo motor é a visibilidade), e uma última definida pela relação clientelista que responde a interesses eleitorais.

A problemática metropolitana, entretanto, não se limita a questão da organização do espaço. A exclusão social abarca também as dimensões valorativas e subjetivas, resultantes e formadoras da configuração urbana. Há que se considerar que a vulnerabilidade de determinados seguimentos da população, se dá tanto por privações materiais quanto por privações simbólicas.

A sociedade contemporânea produz constantemente uma série de expectativas, entre elas a esperança de uma cidadania plena, e logo em seguida as destrói. *Seduzidos e abandonados* é o título bastante elucidativo apresentado por Katzman (2001) para narrar este descompasso. A posição ocupada pelo indivíduo na estrutura social, depende diretamente de seu potencial de consumo que, sendo altamente diferenciado nos grandes centros urbanos, abala sobremaneira a integração social de seus habitantes.

Na moderna racionalidade urbana, a estruturação dos vínculos sociais e a formulação das representações simbólicas, estão pautadas numa mentalidade

racionalista, calculista e utilitarista (Simmel, 1979).¹ Por essa lógica desenvolve-se uma forma de subjetividade altamente pessoal: o individualismo. Telles (2001) nos chama atenção para um efeito perverso desta mentalidade, a emergência do “cidadão privado”.

O cidadão privado transfere para o âmbito individual as conquistas socialmente almejadas, limitando-as a segurança pessoal e a segurança da propriedade individual. Segundo Kowarick (2000) a própria noção de cidadão privado é um contrassenso, pois cidadania significa conquistas coletivas impulsionadas por uma concepção de universalidade, já o termo “privado” corresponde à inversão destes princípios. A primazia do cidadão privado favorece a formulação de percepções moralistas que tendem a fortalecer as hierarquias sociais no plano simbólico.

Entre a população marginalizada, o individualismo moderno assume outro significado. Aqui o individualismo não consiste em uma subjetividade altamente pessoal, mas constrói-se em termos de falta. Falta segurança, trabalho, habitação, reconhecimento, etc. Tal condição conjuga a total independência individual à sua completa inconsistência, o que Castel (2012) denominou *Individualismo negativo*.

2.5. Processos sociais Vulnerabilizantes

A segregação urbana aciona uma série de processos que reiteram a marginalização da população segregada. Segundo Katzman (2001), a polarização das classes em diferenciados espaços da cidade atua como uma espécie de cimento das desigualdades. É possível notar que o isolamento territorial e o sociocultural caminham juntos, produzindo fortes tendências à desconexão das sociedades periféricas (Ribeiro, 2007). Ainda que o isolamento se expresse de maneira mais visível na segregação residencial, ele está presente nas mais diversas esferas da vida social, direcionando a perda de sua coesão.

Katzman (2001) demonstra como o isolamento de determinadas populações cria condições férteis para a emergência e perpetuação de subculturas marginais que alimentam e aprofundam este mesmo isolamento. O reconhecimento das adversidades - que nestes locais somam carências materiais, condições precárias de vida, barreiras a mobilidade social e autoestima danificada pela exclusão - cria entre esta população uma

¹Simmel, G., A Metrópole e a Vida Mental, in Velho, Otávio Guilherme (org.), *O Fenômeno Urbano*,^{4ª} Edição da Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasil, 1979

relação desiludida com a cidadania, ao mesmo tempo em que abre espaço à outras propostas normativas. Novos padrões de conduta e normativos vão sedimentando subculturas marginais como reação a perversos condicionantes estruturais (Katzman,2001). Segundo Kowarick (2000), não é que exista uma relação mecânica entre moradia e concepções de mundo, todavia, as condições discriminatórias de existência da população periférica tornam plausível supor que a situação nesses lugares dificilmente será um atributo neutro na confecção de suas concepções de mundo.

“É preciso tentar esclarecer esta dinâmica que cristaliza nas margens as rachaduras do centro, constituindo em responsáveis pelas disfunções sociais aqueles que são suas principais vítimas” (Castel, 2012). De acordo com Castel, a população periférica é discriminada negativamente, isso significa dizer que há um processo de estigmatização em razão de determinadas características do grupo que não foram escolhidas por ele. No imaginário popular, as periferias são percebidas como um atestado potencial a má conduta. Estes locais seriam os principais focos da delinquência, vadiagem e criminalidade (Kowarick, 2000). Tal estigma se manifesta inclusive nas relações de trabalho, afinal, não raramente empresas deixam de contratar indivíduos devido a seus locais de residência. Nunes (2006) enfatiza que esta é uma visão parcial da pobreza, pois, criminaliza-se o lugar ocultando o fato de que estas áreas são em grande medida povoadas por trabalhadores assalariados e autônomos. Segundo o sociólogo as representações fragmentadas e diferenciadas da cidade levariam os indivíduos a classificar áreas e populações pelo simples endereço (Nunes, 2006).

“O padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados. Este processo perpassa todos os patamares da pirâmide social em que os mais ricos procuram se diferenciar e se distanciar dos mais pobres. Mas a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma estritamente forte, forjador de uma imagem que condensa os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes também considerada perigosa; uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública” (Kowarick,1979, p.92).

Com a segregação residencial e a segmentação dos serviços, a função integradora do âmbito público vai perdendo sua eficácia e dando espaço a uma intensificação progressiva da exclusão e a emergência de uma forte intolerância às desigualdades (Katzman, 2001). A luz dessa aversão, as soluções propostas perpassam um âmbito moral e possuem caráter altamente repressor, apontando uma restauração da harmonia civil que não implica intervenções nas estruturas sociais.

Nos moldes em que se estrutura a dinâmica social nos grandes centros urbanos, os princípios universais de igualdade e liberdade aparecem como mera ficção. Telles (2001) nos lembra que direitos não se restringem a normas constitucionais, mas estão inscritos na dinâmica cultural e simbólica da sociedade. Na periferia tais direitos se vêm constantemente feridos. Se por um lado a população periférica (estigmatizada) representa uma ameaça à ordem pública, por outro lado está ela mesma ameaçada a outro tipo de violência: a violência latente inscrita na sobrevivência cotidiana.

“A violência está fortemente presente no cotidiano de nossas cidades. Não apenas a da polícia ou dos bandidos, mas também a dos salários, transportes e jornadas de trabalho; isso para não falar as situações de doenças, acidentes e desemprego ou nas formas espoliativas de moradia. E enquanto assim for muitos permanecerão na condição de subcidadania” (KOWARICK, 2000, p. 55).

Privação material, isolamento socioterritorial, e estigmatização, constituem-se faces distintas, porém interligadas, de um mesmo processo vulnerabilizante. É possível concluir que este processo possui raízes mais profundas e morfologia mais complexa do que comumente se imagina. Isso porque suas manifestações observáveis não sintetizam sua totalidade, assim como, por si só, não são capazes de revelar seu dinamismo. Falar em processo significa justamente trazer a tona este aspecto dinâmico da questão. Populações, situações e territórios vulneráveis fundem-se e se retroalimentam. O déficit de um dos capitais (físico, humano ou social) torna-se empecilho a consolidação dos demais, criando assim um ciclo vicioso da destituição.

Como afirma Castel (2012), analisar a invalidação de alguns indivíduos em determinado contexto social não significa fazer apelo a uma vaga solidariedade moral, mas constatar as interdependências que se operam em sua dinâmica. Trata-se, portanto, de desvendar processos de vulnerabilização e suas interdependências, o que implica

considerar tanto mecanismos de destituição como mecanismos de dominação. Para este complexo aglomerado de processos não existe uma solução óbvia e unívoca, todavia, “podemos desejar que uma reflexão política e sociológica um pouco mais exigente apresente algumas orientações para combatê-la” (Castel, 2012). Objetivando um estudo mais apurado da questão, será analisada nos próximos capítulos a vulnerabilidade social na cidade de Brasília.

3. Brasília: protagonista da vulnerabilidade social.

O espaço urbano deve ser entendido, simultaneamente, como produto e agente das relações humanas que contém. Pensar a vulnerabilidade social separadamente da problemática urbana, ou seja, de forma descontextualizada, seria uma abordagem reducionista da questão. Este fenômeno tem se intensificado sobremaneira nas cidades de porte metropolitano, todavia, temos em Brasília um objeto de análise privilegiado. Segundo Holston (1993), Brasília exagerou as distorções presentes no restante do país. Inserida em uma sociedade imensamente fragmentada e estratificada, Brasília materializa em seu próprio território essa desigualdade ao mesmo tempo em que compactua para sua reprodução. Uma particularidade da cidade foi a rapidez com que o fenômeno se desenvolveu.

Pensar a vulnerabilidade social no contexto metropolitano significa considerar de que modo este espaço influi na estrutura de riscos que atinge sua população. Segundo Ferreira et al. (2008), a estrutura de riscos de um lugar está associada primeiramente à própria formação do território. Nesse sentido, faz-se válido retomar o contexto formador de Brasília e suas particularidades. Será possível verificar de que forma um modelo igualitário e democrático de cidade encadeou processos vulnerabilizantes extremamente contraditórios que terminaram por subverter suas premissas originais.

3.1 O contexto formador

3.1.1. A transferência da capital:

A problemática urbanização brasileira deve ser entendida desde a colonização portuguesa, devido à desequilibrada ocupação do território nesse período. Segundo Paviani (1985), os ciclos produtivos de monoculturas tiveram fortes implicações sobre a estrutura social e espacial do país. A atividade agrícola, que foi a principal fonte da econômica por quatro séculos consecutivos, esteve concentrada na região litorânea brasileira, deixando o restante do país à margem dos principais investimentos (NUNES, 2004). O Estado, de caráter oligárquico, sustentava um modelo econômico agro-exportador, fortalecendo os desequilíbrios inter-regionais e mantendo o poder concentrado social e espacialmente (PAVIANI, 1985).

Com o advento da industrialização, sobretudo a partir da década de 1930, o Brasil vivencia uma nova urbanização tornando a cidade sede, por excelência, da produção industrial. O sudeste, sendo a região dotada de maior infraestrutura graças à produção cafeeira, atrai grandes investimentos e se desenvolve rapidamente. Já o sertão nordestino, após o declínio da economia açucareira, encontrava-se em extrema fragilidade econômica e mantinha altos índices de crescimento demográfico (NUNES 2004). Em razão desse quadro destoante, intensificaram-se os fluxos migratórios no interior do país. Trabalhadores nordestinos, atraídos pela atividade industrial e a institucionalização do salário mínimo, viam nas cidades industriais do Sudeste uma boa oportunidade de ascensão social (Nunes, 2004). Gouvêa (1995) denuncia a lógica perversa do capital que move esse processo, na qual o trabalhador ao mesmo tempo em que é expulso do seu local de origem, não encontra dignas condições de vida nos assentamentos urbanos. Segundo Nunes (2004), essa massa de migrantes, não sendo absorvida pelo setor industrial, viria a engrossar o setor informal das cidades.

No séc. XX ocorre, portanto, uma grande ruptura com o tipo de desenvolvimento que havia sido hegemônico no Brasil por séculos. A partir da industrialização, o desenvolvimento passou a ser associado à modernização, que somente poderia ser processada no contexto urbano. Nesse sentido, o Centro-Oeste do país estaria completamente impossibilitado de atingir qualquer desenvolvimento. A extrema

fragmentação social e territorial brasileira comprometia a integração e segurança desse país.

A transferência da capital federal para o interior do Brasil foi a grande estratégia elaborada para o desenvolvimento econômico de sua região central, somado à possibilidade de maior segurança para a capital e a formação de um espírito nacionalista (GOUVÊA, 1995). O projeto, no entanto, não é uma iniciativa benevolente em prol das populações e territórios secularmente marginalizados no Brasil. Segundo Paviani (1985) a construção de uma nova capital deu-se como um passo lógico dentro do processo de acumulação capitalista, que impõe determinados padrões de divisão social e espacial do trabalho. Também Ferreira (2010) afirma que se tratou de uma estratégia de expansão do capital, visando ampliar o mercado interno de consumo e produção.

A transferência da capital é recente, todavia o projeto é antigo. A proposta foi lançada em 1823 por José Bonifácio à Assembléia Constituinte do império, sendo inclusive inserida na 1ª Constituição da República, e tardou mais de um século para se efetivar. Somente em 1956, anexada ao Plano de Metas do então presidente Juscelino Kubitschek, ela encontrou terreno fértil à sua consolidação.

3.1.2. O governo JK e seu discurso legitimador de Brasília

Na década de 50 do século XX estava nítido que uma solução para a questão territorial era imprescindível ao desenvolvimento nacional. Brasília tornou-se nessa década não somente viável, mas também necessária (PAVIANI, 1985). Segundo Ferreira (1985) a cidade surge como efeito indutivo da industrialização. O Brasil deveria urbanizar-se para dar suporte a nascente indústria, ampliando o mercado interno e sustentando, deste modo, o desenvolvimento almejado.

No governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, o presidente e seus aliados articularam um discurso legitimador excepcional para dar suporte à transferência da capital. Atuando nos mais diversos campos de luta simbólica, Brasília se legitimava através de argumentos sociais, políticos, econômicos e urbanísticos. A nova capital se adequava totalmente ao Plano de Metas de desenvolvimento de “50 anos em 5”, elaborado na campanha eleitoral do Presidente. Trata-se de um programa mudancista, que refletia a concepção de desenvolvimento elaborada pela Comissão Econômica para América Latina - Cepal (NUNES, 2004).

A Teoria do desenvolvimento formulada pela Cepal, embasada no paradigma Keynesiano, enfatizava o papel do Estado na transformação da realidade social e econômica do país, sendo sua obrigação disseminar o progresso e reduzir a pobreza. Para tanto, caberia ao Estado investir em infraestrutura de base, proposta perseguida à risca no governo JK, que transformou a estrutura produtiva do país na chamada Economia Complexa (NUNES, 2004). Brasília aparece como meta síntese de seu programa de governo. Polo do desenvolvimento social, a cidade levaria ondas de progresso ao restante do país (Holston, 1993).

No discurso fundador Brasília não só levaria o desenvolvimento ao Centro-Oeste brasileiro, como também favoreceria uma integração nacional e fortaleceria o nacionalismo de seu povo. Além disso, funcionaria também como alternativa as correntes migratórias que neste momento já sobrecarregavam as cidades industriais do Sudeste. Ainda que tenham sido inúmeras as oposições enfatizando a insensatez, inviabilidade e o caráter inflacionário do projeto, os apreciadores argumentavam que os resultados positivos seriam mais significativos.

Outro fator de legitimação, e posteriormente de reconhecimento a nível mundial, da nova capital, foi seu projeto urbanístico. Segundo Ferreira (1996.), Brasília nasce no bojo de um processo de modernização que tem como princípio uma racionalidade universalizante e a crença em um progresso linear. Assim, o projeto urbanístico pensado para a nova capital deveria nascer de um planejamento racional, com princípios ideais de igualdade e universalidade. O concurso para seleção do projeto foi lançado em setembro de 1956 e teve como vencedor o desenho do renomado arquiteto Lúcio Costa.

3.1.3. A influência de princípios modernistas no projeto urbanístico de Brasília

O projeto vitorioso teve grande influência dos princípios modernistas elaborados no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933 (NUNES, 2006). De acordo com estes princípios a cidade deve ser pensada de forma integrada como meio físico e social, no entanto, é notória a relação instrumental que o modelo estabelece entre arquitetura e sociedade. No imaginário de seus idealizadores, a estrutura urbana planejada segundo os princípios modernistas levaria os indivíduos que nela habitam a agirem de forma condizente ao sistema valorativo que essa arquitetura representa (Holston, 1993).

A crise nas cidades, segundo o CIAM, é resultado de uma ordenação urbana guiada pela lógica do capitalismo industrial, o que geraria a preponderância dos interesses privados sobre as questões de interesse coletivo. A fim de desconstruir esse ordenamento, o CIAM assume uma base teórica anticapitalista e igualitária, enxerga o planejamento como um meio de mudança nas percepções individuais e de transformação social.

O modernismo, de um modo geral, tem propósito subversivo. Sua tendência à desconstrução e negação, está também presente no plano urbanístico de Brasília. O projeto da nova capital nega a dura realidade presente no restante do país, assim como nega todo o processo histórico que a encadeou. Totalmente descontextualizada *“Brasília é apresentada não apenas como a antítese dessa estratificação, mas também como seu antídoto, como o ‘berço de uma nova sociedade’* (HOLSTON, 1993, p. 28).

A arquitetura moderna torna-se politizada na medida em que assume uma postura crítica frente ao desenvolvimento capitalista nas cidades. Em seus trabalhos, arquitetos modernistas prezavam por valores igualitários e democráticos, pelo predomínio da ação coletiva sobre os interesses privados. Assim, Brasília foi construída seguindo princípios de um urbanismo que se apresentava como revolucionário. Segundo seus idealizadores, tal urbanismo daria novas formas de associação coletiva e de hábitos sociais, ademais, serviria como modelo de desenvolvimento ao restante do país (Holston, 1993).

Os arquitetos modernistas dedicaram-se a desvendar, redefinir e organizar as funções essenciais da cidade. Para bem ilustrar seu funcionamento, elaboraram uma metáfora na qual a cidade é associada a uma máquina. É necessário que cada uma de suas partes desempenhe sua tarefa em harmonia com as demais para que a máquina funcione. As quatro funções essenciais da cidade seriam: habitação, trabalho, lazer e circulação. O projeto urbanístico de Brasília seguiu a risca os princípios modernistas, sendo a cidade, por esse mesmo motivo, considerada Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO, em 1987. Brasília foi a primeira cidade moderna a ser tombada no século XX.

3.2 Os limites do Planejamento urbano e o desmoronamento das premissas iniciais

Há que se considerar, no entanto, o caráter ideológico da arquitetura moderna. Seus pensadores constroem uma narrativa histórica a partir da qual sua prática surge como resultado necessário. A arquitetura seria, portanto, um campo de interesses bem definidos (HOLSTON, 1993). Apesar de sua intencionalidade igualitária, tal campo possui diversas contradições internas. Holston aponta que a arquitetura no Brasil é formada, em geral, por arquitetos de esquerda servindo a interesses de uma elite política, rica e poderosa, sendo, assim, forçados a irem contra suas próprias convicções políticas.

O projeto de Lúcio Costa estabelecia um limite de 500 a 700 mil habitantes para o Plano Piloto de Brasília. Para o público excedente, o arquiteto previu que fossem construídas cidades-satélites racionalmente planejadas e arquitetonicamente definidas, a fim de que houvesse uma expansão ordenada do território (PAVIANI, 2010). Desenvolvida formidavelmente para acolher burocratas e funcionários estatais, a cidade tomou outros rumos no que diz respeito a sua expansão.

3.2.1 Primeiras contradições

Desde 1956, trabalhadores operários de todo o Brasil, sobretudo nordestinos, mineiros e goianos, foram recrutados para participar da construção desse projeto grandioso que seria a nova capital do país. Tais trabalhadores foram alocados em alojamentos nos canteiros de obras, e em barracos afastados do centro da cidade. Segundo Gouvêa (1995), a seletivização dos espaços em Brasília ocorre desde sua construção. O Plano Piloto não poderia ser ocupado pela massa trabalhadora, pois foi concebido para abrigar as classes dominantes, além do que, desde o princípio instauraram-se grupos empresariais interessados na especulação imobiliária (NUNES, 2006).

Contrariando as especificações do plano urbanístico de Lúcio Costa, que previa a periferia numa etapa posterior, a expansão do território começa antes mesmo que a construção do Plano Piloto estivesse concluída (FERREIRA, 1985). Grande parte dos migrantes, atraídos pelas oportunidades que nasciam com a nova capital, não encontraram em Brasília dignas condições de trabalho e moradia. A cidade pensada para

manter uma atividade econômica com base no setor terciário, não cogitou alterar esse perfil para melhor acolher os pioneiros depois de finalizadas as construções, tampouco houve projeto que visasse quebrar a centralização dessas atividades.

3.2.2 A segregação socioespacial

Conforme se consolidava a nova capital, aumentava-se e diversificavam-se os empregos neste local, atraindo, assim, grandes fluxos migratórios. No período da construção (1956-1961), pouca atenção foi dada a questão habitacional (GOUVEA, 1995). No entanto, a partir de 1960 a questão habitacional assume aspecto de crise, sendo tratada com uma política de forte opressão, por parte do governo, e cooptação da população menos favorecida. A crescente demanda por moradia fez com que aumentasse também os preços dos imóveis e, cada vez mais, os interesses na especulação imobiliária. Como resultado, esse período foi marcado por altos índices de mobilidade (GONZALES, 1985)

A remoção das primeiras favelas ocorreu antes mesmo da inauguração de Brasília, processo esse que se intensificou nas décadas de 1960 e 1970. Os acampamentos de obras, que abrigavam trabalhadores no período da construção, foram desativados, e concomitantemente iniciou-se a erradicação das favelas próximas ao Plano Piloto. Essa população foi transferida para grandes conjuntos habitacionais que deram origem a futuras cidades satélites - como Taguatinga, Ceilândia e Guará, por exemplo. (GOUVEA, 1995).

A distância entre o local de residência e o centro da cidade não necessariamente configura situação de segregação, mas a série de infortúnios que a remoção trouxe a essa população nos permite classificar tal prática como segregação socioespacial. Submetidos a condições precárias de habitação, péssima infraestrutura urbana e difícil acessibilidade a equipamentos comunitários, esses indivíduos tiveram ainda sua vulnerabilidade intensificada pela distância entre suas residências e o centro de empregos, assim como pelo alto custo e baixa qualidade do transporte público (GOUVEA, 1995).

Em Brasília, o Poder Público teve papel central no processo de segregação urbana. Além de o governo empurrar a população de menor renda para a periferia da cidade logrando maior controle social, utilizou de sua prerrogativa de exclusividade das

ações de planejamento urbano e o monopólio das terras do Distrito Federal (DF), para reservar enormes espaços no centro valorizado da capital e investir, assim, na especulação imobiliária. Segundo Gouvêa (1995), o governo em Brasília agiu de maneira similar as empresas imobiliárias particulares. Em 1973 o Poder Público criou a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, que passou a deter 57% das terras públicas do DF. Todavia, a política de oferta de terras estabelecida pela Terracap, priorizava empresas privadas e a população de classe média e alta (GOUVEA, 1995).

Se num primeiro momento o poder público encarregou-se do movimento de segregação socioespacial, num segundo momento foi o próprio mercado imobiliário seu responsável (GOUVEA, 1995). Os investimentos em infraestrutura urbana, que iam sendo implantados nas cidades satélites, funcionavam como fator de expulsão da população de baixa renda. Tendo seu imóvel valorizado, esses indivíduo, economicamente desfavorecidos, se viam forçados a comercializá-lo. Em geral, migravam para regiões ainda mais afastadas do centro em busca de moradias cujo preço fosse compatível ao seu poder aquisitivo. Esse fato chegou a gerar, em 1976, a extraordinária cifra de 85% de imóveis construídos que haviam passado por pelo menos três transações comerciais de compra e venda ou cessão de direitos (GONZALES, 1985). A periferia, cada vez mais marginalizada, estendeu-se para além dos limites do Distrito Federal e ocupou municípios goianos em seu entorno.

Nunes (2006) recorda a imprescindibilidade de se considerar os limites do planejamento urbano em uma sociedade de mercado. Segundo Gouvêa (1995), na economia capitalista o espaço é instrumentalizado a fim de atender aos interesses da classe dominante. Seja de forma opressiva ou ideológica, os interesses dominantes impõem-se como necessidades universais. Aqui, mais do que mero cenário, o espaço serve como próprio instrumento de dominação. Gouvêa (1995) afirma que no DF o governo usou do seu poder de monopólio da terra tanto para obter vantagens econômicas, como também para obter o controle político e social de sua população, terminando por espoliar a classe trabalhadora. *“Brasília, desde a idéia de sua localização à concepção e uso de seus espaços, se constitui como a capital da segregação, controle e espoliação social”* (GOUVEA, 1995).

3.2.3. Brasília, cidade estratificada social e espacialmente

Segundo Gonzales (1985), o período entre os anos 1970 e 1976 foi definidor na atual configuração da estratificação espacial brasiliense. A rápida ocupação do território nesses anos desenhou uma cidade imensamente fragmentada, estando suas regiões homogeneizadas pela renda e outros indicadores socioeconômicos como: educação, padrão de consumo, oportunidades de emprego, etc (NUNES, 2006). Os altos padrões urbanos e de habitação presentes no Plano Piloto, e em alguns setores das penínsulas Sul e Norte, não podem ser encontrados nas demais regiões periféricas. Essa diferenciação é patente, sobretudo, pela infraestrutura de redes e serviços que privilegia as regiões habitadas pelas classes média e alta (GONZALES, 1985).

A cidade que atingiu em 2008 a categoria de metrópole nacional - fenômeno inédito para uma cidade tão jovem – desenvolveu-se de forma extremamente desigual e desequilibrada. Já em 1974, Lúcio Costa reconhecia o desvirtuamento de seu projeto inicial. Brasília teria se expandido de forma anômala (JATOBÁ, 2010). Argumentos em prol da conservação de Brasília, enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, e argumentos ambientais, amplamente contestados, impedem a descaracterização do Plano Piloto, deslocando para sua periferia a verdadeira problemática urbana (NUNES, 2006). De acordo com NUNES (2006), o cuidado que as entidades governamentais têm com a conservação do Plano Piloto não se repete nas cidades satélites, tendo sido estas impossibilitadas de atingir o padrão de “cidade-jardim”, que se observa em Brasília.

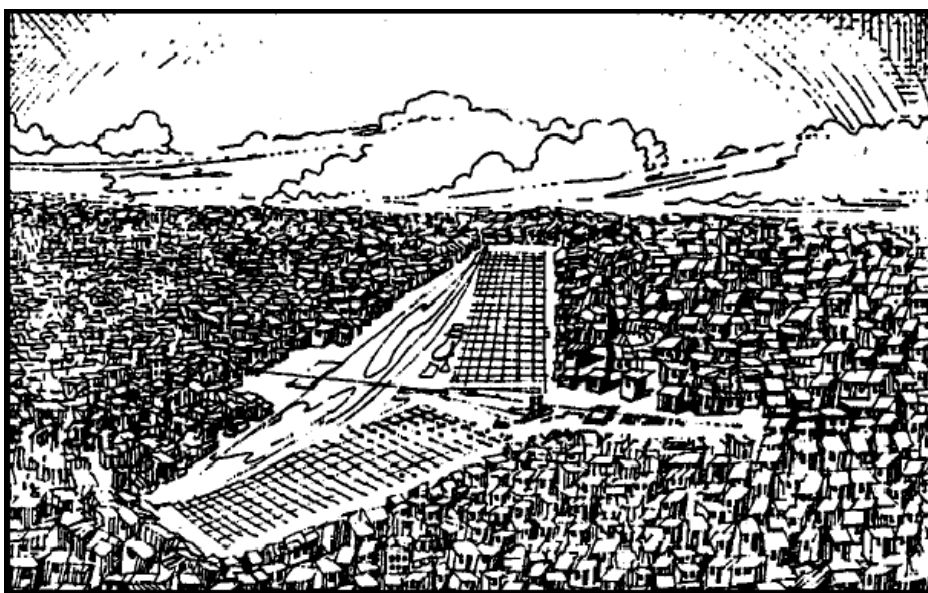


Figura 1. Croqui Paulo Caruso, Revista Projeto. Fonte: Gouvêa, 1995, p.86

Holtson (1993) afirma que Brasília, enquanto uma utopia, criou paradoxos que subverteram suas próprias premissas originais. *“No estudo de caso de Brasília, fica demonstrado que a arquitetura e o urbanismo modernista não apenas falharam, mas também fortaleceram, muitas vezes aquilo que pretendiam desafiar”* (HOLSTON, 1993,p.15). Brasília foi construída para abrigar um tipo de sociedade igualitária e democrática, porém, foi ocupada pelo povo de um país extremamente hierarquizado e dirigida por uma elite com fortes interesses em sua ordenação espacial. Suas premissas, além de utópicas, foram negadas mesmo internamente, quando, por exemplo, a alta burocracia se muda para as regiões próximas ao lago Paranoá, e constrói casas personalizadas visando um estilo de vida diferenciado. *“... essas casas exteriorizam o status, a riqueza e a personalidade de seus donos em fachadas elaboradas, que negam a estética modernista. Julgando uma ‘mesma vida comum’ intolerável”* (HOLSTON, 1993). O antropólogo demonstra, por fim, que os elevados padrões de vida que Brasília oferece a seus habitantes, é uma conquista sustentada por uma estrutura social dual, isto é, sua “ordem” depende significativamente da desordem que se instaura fora da capital e em sua periferia.

“É falacioso pensar que as cidades satélites se opõem ao Plano Piloto, como uma paisagem dual, dicotomizada. Elas não poderiam existir sem o Plano, e é para mantê-lo que elas existem” (FERREIRA; PENNA, 2010). Segundo Ferreira e Penna (2010), é necessário considerar a indissociabilidade de duas tendências na configuração socioespacial de Brasília: uma que polariza e centraliza, e outra que exclui e periferiza. A capital hoje se constitui num complexo heterogêneo e interligado. Sua periferia mantém alta dependência da região central, pois é ali onde se concentra as principais atividades econômicas do Distrito Federal.

A principal base da economia brasiliense se mantém sendo o setor terciário. Apesar de a maior parte da população do Distrito Federal desempenhar funções no setor de serviços e comércio, as atividades se concentram principalmente na região central de Brasília, intensificando sobremaneira as desigualdades existentes entre centro e a periferia. Encontramos no Plano Piloto e em suas proximidades os trabalhos mais bem remunerados. Como se observa no mapa abaixo, elaborado pela CODEPLAN, a renda Per Capta nessa região pode ultrapassar R\$5000, enquanto em algumas regiões periféricas, não chega a atingir R\$250,00.



Figura 2. Renda Per Capita segundo as Regiões Administrativas do Distrito Federal – 2010.
Fonte. Dados agregados por setores censitários/ Censo 2010 – IBGE. Dados elaborados pelo núcleo de estatística- CODEPLAN.

Brasília possui a média salarial mais alta do país, porém, igualmente alta é a desigualdade de renda entre seus habitantes e sua concentração, chegando a apresentar em 2008 um índice de Gini de 0,631(JATOBÁ, 2010). De acordo com Ferreira e Penna (2010) as regiões periféricas apresentam, de um modo geral, atividades com baixa capacidade de dinamização, e com baixo peso na economia, cumprindo funções predominantemente de âmbito local. Tal fato impossibilita que estes locais atinjam autonomia financeira, intensificando sua dependência da região central e contribuindo à uma configuração desigual da distribuição de renda no Distrito Federal.

3.3 A vulnerabilidade metropolitana: para além da má distribuição de renda.

Segundo Holston (1993) Brasília apresenta uma extraordinária estratificação espacial entre centro e periferia, no entanto, a desigualdade de renda corresponde apenas a uma das faces de uma problemática mais ampla. Compreende-se que um estudo sociológico poderá auxiliar a compreensão dos determinantes, da dinâmica, e de possíveis consequências dessa problemática. Para tanto, é necessário superar a imagem ideologizada através da qual Brasília se apresenta nos cartões postais. Como bem aponta Ferreira (2010), a cidade hoje já não pode ser pensada como o Plano Piloto elaborado por Lucio Costa nos anos 1950, ela corresponde a uma realidade maior e mais complexa, que deve ser analisada com todas suas contradições; como uma cidade real. “O fato é que uma cidade ideal terminou se transformando num ‘tipo ideal de

cidade', e sabemos que os tipos ideais são construções abstratas" (NUNES, 2006, p. 39).

Paviani (1996) nos lembra que a questão metropolitana é formada por uma série de fenômenos que estão interligados, assim, a ordenação do território, os níveis de escolarização e desemprego, a má distribuição de renda e a segregação socioespacial estão intrinsecamente associadas. A ordenação do espaço dificulta a acessibilidade, de grande parcela da população, a bens de consumo coletivos, conduzindo estes indivíduos à exclusão. O autor afirma que tal exclusão afeta diretamente o desenvolvimento da cidadania na sociedade em que se insere.

Brasília hoje é composta por trinta e uma regiões administrativas, abrigando aproximadamente dois milhões e meio de habitantes. Atualmente, algumas de suas Regiões Administrativas, como Taguatinga, Ceilândia, Gama, Guará e Planaltina, possuem uma estrutura urbana bem desenvolvida e relativa autonomia de Brasília (NUNES, 2006). Todavia, na periferia do Distrito Federal ainda existem diversas áreas com elevados índices de vulnerabilidade social. Estas regiões são caracterizadas não somente por uma reduzida atividade econômica, mas também por fatores como: desemprego; falta de oportunidades de trabalho; precariedade da infraestrutura urbana; ausência e dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos (equipamentos de saúde, centros esportivos, bibliotecas, cinemas, museus, teatros, etc.); distância dos empregos; precariedade da habitação, situação fundiária indefinida, etc. (FERREIRA et al. 2008).

Entre agosto e dezembro de 2010 foi realizada a *Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal* a fim de identificar os territórios do Distrito Federal que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Imediatamente foram eliminados da pesquisa o Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte, Cruzeiro, Sudoeste, Octogonal, Park Way, Jardim Botânico e Águas Claras, devido ao alto padrão de vida nesses locais. Na pesquisa foram analisados não somente o perfil populacional dos moradores, quanto aos atributos pessoais, características socioeconômicas, e inserção no mercado de trabalho, mas também foram consideradas as condições dos domicílios. Os territórios que apresentassem índice superior a 51%, média do Distrito Federal, seriam considerados vulneráveis:

Índice de Vulnerabilidade Social
Distrito Federal
2010

(em %)

| Região Administrativa | Índice de Vulnerabilidade Social | Região Administrativa | Índice de Vulnerabilidade Social |
|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|----------------------------------|
| Brasília | 43,3 | Recanto das Emas | 54,4 |
| Brazlândia | 48,6 | Riacho Fundo I | 45,4 |
| Candangolândia | 36,4 | Riacho Fundo II | 44,3 |
| Ceilândia | 55,1 | Samambaia | 51,4 |
| Estrutural | 60,1 | Santa Maria | 48,6 |
| Gama | 48,3 | São Sebastião | 52,6 |
| Guará | 44,2 | Sobradinho I | 46,8 |
| Itapoã | 62,0 | Sobradinho II | 48,2 |
| Núcleo Bandeirante | 41,6 | Taguatinga | 42,5 |
| Paranoá | 52,6 | Varjão | 64,7 |
| Planaltina | 53,8 | Vicente Pires | 29,6 |

Fonte: DIEESE. Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no DF, 2010.

Além de analisar os índices de vulnerabilidade nas diferentes Regiões Administrativas, a pesquisa realizou um desmembramento do território de acordo com as informações do Cadastro Único de Programas Sociais do Distrito Federal, a fim de indicar regiões onde houvesse concentração de famílias com perfil de vulnerabilidade. O resultado indicou regiões com índices alarmantes de vulnerabilidade social, chegando a atingir, como no caso de Ceilândia-Chácara, quase 75%.

**Rankeamento dos territórios segundo Índice de Vulnerabilidade Social
Distrito Federal
2010**

| (em %) | | (em %) | |
|-----------------------------------|---------------------------|--|---------------------------|
| Territórios | Índice de Vulnerabilidade | Territórios | Índice de Vulnerabilidade |
| Ceilândia - Chácara | 74,2 | Taguatinga - Areal | 54,7 |
| Itapoã - Fazendinha | 72,1 | Santa Maria - Quadras acima de 10 | 54,1 |
| Ceilândia - QNM | 65,7 | Brazlândia - Vila São José | 54,0 |
| Brasília - Varjão | 64,7 | Santa Maria - Condomínio Porto Rico | 53,7 |
| Planaltina - Buritis | 63,9 | Samambaia - Sul ímpar | 53,3 |
| Estrutural | 60,1 | Ceilândia - QNP | 53,3 |
| Samambaia - Norte ímpar | 59,6 | São Sebastião | 53,2 |
| Itapoã I e II | 59,4 | Planaltina - Condomínio Estância Mestre D'Amas | 53,0 |
| Itapoã - Condomínios | 58,7 | Recanto das Emas - Final 6 ou mais | 52,9 |
| Brasília - Vila Telebrasil | 58,5 | Planaltina - Setor Tradicional | 52,8 |
| São Sebastião - Residencial Oeste | 57,6 | São Sebastião - Residencial Bosque | 52,8 |
| Brazlândia - Setor Tradicional | 56,5 | Paranoá | 52,6 |
| Ceilândia - Setor O | 55,9 | São Sebastião - São José | 52,5 |
| Planaltina - Arapoanga | 55,6 | Brazlândia - Setor Veredas | 52,1 |
| Recanto das Emas - Final até 5 | 55,1 | Gama - Setor Central | 51,8 |
| | | Planaltina - Jardim Roriz | 51,4 |
| | | Gama - Oeste | 51,2 |
| | | Samambaia - Sul par | 50,6 |
| | | DISTRITO FEDERAL | 50,5 |

Fonte: DIEESE. Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no DF, 2010.

Segundo Ferreira et al. (2008), a espacialização confirma diferenciações que são, em essência, sociais, econômicas ou culturais. Refletindo uma sociedade extremamente hierarquizada, o território brasileiro espacializa uma série de injustiças sociais, levando à segregação socioespacial da população economicamente desprivilegiada, e construindo, desse modo, uma barreira invisível a estrutura de oportunidades que Brasília oferece (ou poderia oferecer).

“Entende-se que a vulnerabilidade resultaria da interação entre as condições apresentadas pelo território (estrutura de oportunidades/riscos) e as características sociais, econômicas, culturais e políticas da população do lugar (seus potenciais, sua inserção ou exclusão, periferização ou segregação)” (FERREIRA et al., 2008).

Nota-se que a vulnerabilidade social metropolitana tem início nas contradições que emanam da própria formação da cidade. Infere-se, pois, que o espaço metropolitano não atua meramente como pano de fundo da vulnerabilidade social. A ordenação do território é determinante na estrutura de oportunidade e de riscos que afetam a população local, podendo ser considerado, concomitantemente, cenário e ator das relações sociais que o circunda.

3.4 A marginalização da população vulnerável

Direta ou indiretamente, os processos vulnerabilizantes favorecem a expulsão dos indivíduos marginalizados para regiões cada vez mais afastadas do centro do poder. Se nas décadas de 1960 e 1970 esse fenômeno fez-se nítido com a remoção das favelas e cooptação de seu povo, ele preexiste até os dias atuais assumindo mecanismos inovadores de apartação social. Os mecanismos modernos de marginalização contam com discriminações inscritas no próprio imaginário social de sua população. A desqualificação dos indivíduos em situação de vulnerabilidade leva tanto a um distanciamento social quanto territorial.

Na sociedade moderna, da qual Brasília é o próprio símbolo, a inserção no mercado de trabalho e a garantia de habitação são fatores primordiais para a ascensão do indivíduo, tanto material quanto simbolicamente. Ocorre que nas regiões mais vulneráveis predominam empregos de baixa remuneração, trabalhos informais e desemprego, dificultando a esses indivíduos lograr inserção e reconhecimento social.

De acordo com Ferreira et al (2008), a população que mantém vínculos frágeis com o mercado de trabalho tende a apresentar vínculos igualmente frágeis com o território. Recentemente chegados ao Distrito Federal, possuindo muitas vezes situação fundiária incerta, tendo de deslocar longas distancias para ir trabalhar, estes indivíduos encontram dificuldades em formar laços de vizinhança e criar uma identidade territorial.

Uma grande dificuldade encontrada por indivíduos em situação de vulnerabilidade social é a debilidade de ativos necessários ao enfrentamento das adversidades (FERREIRA et al., 2008). Baixos níveis de escolaridade impedem o desenvolvimento da autonomia necessária para reivindicação de direitos e melhorias para a comunidade. Marginalizados espacialmente, desprovidos materialmente e

destituídos de voz, estes indivíduos se vêm lançados no ciclo vicioso da vulnerabilidade.

Outro agravante é que as situações de vulnerabilidade são corriqueiramente associadas a um déficit de esforço pessoal, em vez de serem tratadas como um problema de ordem estrutural. A mentalidade moderna, centrada no indivíduo, é responsável pela construção de uma imagem estigmatizada da pobreza. A estigmatização passa ainda do âmbito individual para o âmbito local, comprometendo igualmente a imagem da região onde a vulnerabilidade se concentra. “*Criminaliza-se o lugar e omite-se, no mais das vezes, o fato de que as áreas com urbanização precária em nossas cidades são povoadas por famílias de trabalhadores*” (NUNES, 2004).

A fim de melhor compreender esse fenômeno, tomamos como objeto de investigação um centro especializado de acolhimento à pessoas e famílias em condição de vulnerabilidade, localizado na Vila Areal – DF. O Areal é considerado território vulnerável por apresentar índice de vulnerabilidade social igual 54%². A região vivencia hoje um grande dilema por se sentir vulnerável à parte mais vulnerável de sua população: os albergados na instituição de acolhimento. O próximo capítulo buscará analisar a complexa relação entre os habitantes da vila e a presença da *Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias de Taguatinga* (UNAF). O intuito da investigação será demonstrar como se sobrepõem diversas situações de vulnerabilidade, e de que modo a estigmatização social funciona como elemento intensificador desse quadro. Será demonstrado como, ainda hoje, a parcela mais vulnerável dos habitantes é submetida ao efeito centrífuga da metrópole e, portanto, duplamente marginalizada.

²Dados retirados da *Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social, 2010*.

4. Um estudo de caso na Unidade de acolhimento para adultos e famílias – UNAF, Areal.

4.1. A relevância do estudo microssociológico

Tendo perpassado alguns dos principais processos formadores e reprodutores da vulnerabilidade social, assim como sua dinâmica na metrópole, mais propriamente na cidade de Brasília, faz-se crucial voltarmos nossa atenção às consequências destes processos a nível microssociológico. De acordo com Lefebvre (2001) existe uma ordem global que se projeta, ou melhor, se refrata na realidade prático-sensível, tendo a cidade como mediadora. É nas relações sociais mais imediatas que a ordem distante conclui seu poder coator, materializando na cidade suas relações hierarquizadas e hierarquizantes. Um estudo de caso, portanto, é fundamental à compreensão da dinâmica vulnerabilizante encontrada nos grandes centros urbanos.

O presente capítulo tem como importante influencia metodológica a abordagem configuracional apresentada por Elias (2000), em “*Estabelecidos e Outsiders*”. Segundo Elias (2000), há que se estudar as configurações sociais tendo claro que o desenvolvimento em pequena e larga escala são indissociáveis. Entende-se que a análise dissociada dos elementos de uma configuração é crucial, porém, é apenas uma etapa temporária da pesquisa, que deve ser complementada por uma sinopse dos elementos.

Em sua obra Elias analisa a configuração de determinada sociedade estabelecendo uma oposição entre um grupo tido como *estabelecido* e outro tido como *outsider*. Este sistema analítico auxiliará no entendimento da disposição que a vulnerabilidade social assume na metrópole. Vimos que em Brasília as diferenciações socioespaciais estão nitidamente demarcadas, criando um espaço urbano altamente estratificado entre centro e periferia. Todavia, essa distribuição dual do território não deve ser estudada por polaridades. A abordagem configuracional tem como pressuposto a interdependência dos fenômenos sociais, de tal modo que, segundo essa perspectiva, grupos diferenciados não se tornariam o que são independentes um do outro. Com o apoio dessa abordagem, entende-se que a problemática da vulnerabilidade marginal brasileira reflete uma questão social que a ultrapassa. Uma dinâmica segregacionista de ordem global se insere nos mais diversos âmbitos da vida metropolitana e reproduz-se igualmente a nível comunitário.

A relevância de um estudo micro-sociológico em Brasília se deve ao fato de que, nessa cidade, a vulnerabilidade social possui caráter concentracionista e efeito centrífuga, sendo compelida à periferização. Nestes espaços coexistem diversas situações de vulnerabilidade social, estando seus habitantes inseridos num meio cuja infraestrutura é precária, e apresentando um déficit de capital físico, humano e social. Terreno fértil a formação de um círculo vicioso da precariedade.

Antes de falar em vulnerabilidade social, todavia, é válido lembrar o que condiciona, na sociedade moderna, a situação inversa, ou seja, de segurança e estabilidade. Como vimos no primeiro capítulo, vínculos estáveis com o mercado de trabalho, estrutura de oportunidades, e as relações de proximidade são condições fundamentais à inserção social do indivíduo. Além disso, é possível acrescentar a habitação como elemento crucial de segurança e inserção no contexto metropolitano. Segundo Kowarick (2000) a condição de moradia possibilita arranjos mais adequados para ao enfrentamento à dinâmica espoliativa e pauperizadora dos grandes centros urbanos. A casa própria simboliza a vitória de uma moralidade que valoriza a família unida, o trabalho disciplinado, enfim, a perseverança individual que leva a conquista da propriedade. Segundo este autor, tal conquista representa, real e simbolicamente, a segurança da vida privada e a proteção aos perigos da rua.

A fim de analisar a problemática da vulnerabilização social em Brasília e compreender algumas de suas últimas consequências à nível das relações humanas, foi realizada uma pesquisa de campo na *Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias* (UNAF), localizada na vila Areal - DF. Trata-se de um centro especializado no acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social. A Unidade acolhe indivíduos e famílias que não possuem condições materiais de se manter em Brasília, alguns se dirigem a capital em busca de trabalho, tratamento médico, aposentadoria, etc. No mesmo grupo temos ainda moradores de rua com problemas de dependência química, ficha criminal e problemas psicológicos. Em suma, trata-se de indivíduos com vínculos familiares e laborais fragilizados ou rompidos, além de estarem todos eles desprovidos de habitação no Distrito Federal.

Ao somatório de condições vulnerabilizantes que atinge uma população marginalizada, é possível acrescentar sua estigmatização. De acordo com Kowarick (1979) indivíduos nessa condição são mais fácil e frequentemente confundidos com

malandros, recebendo por seu simples endereço um atestado potencial a má conduta. Seus bairros, igualmente estigmatizados, são concebidos como antro de desordem. “[...] *estigma estritamente forte, forjador de uma imagem que condensa os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa*” (KOWARICK, 1979). O autor, todavia, recorda que, ao contrário do que muitos pensam, nesses locais predominam trabalhadores assalariados ou autônomos, a despeito da parcela de sua população com características de lupem. Vale lembrar que, se bairros inteiros são estigmatizados pela posição social de seus moradores na estrutura social, esse quadro se intensifica quando se trata de indivíduos sem habitação.

De fato, a condição de subcidadania vivenciada pela parcela mais vulnerável da população corrobora, muitas vezes, a formação de uma cultura desviante a ordem hegemônica. Todavia, a insegurança nestes locais vai além da criminalidade a qual sua população é exposta. Castel (2012) afirma que a generalização do sentimento de insegurança se deve a dois fatores: por um lado devido à degradação das condições de existência neste local, o que o autor denomina de “insegurança social”; por outro lado a um aumento do número de atentados a integridade física dos bens e pessoas, ou “insegurança civil”. “*Estes dois tipos de insegurança conjugam seus efeitos e fazem com que nos ‘bairros sensíveis’ a vida cotidiana fique particularmente difícil, dado que aí se vive na insegurança social e, geralmente, aí residem as maiores vítimas da insegurança civil*” (CASTEL, 2012).

A população do Areal se sente extremamente prejudicada com a presença da Unidade de acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF) na região. De acordo com os moradores, os usuários da UNAF ameaçam e levam insegurança à comunidade. Brigas, assaltos, sujeira, alcoolismo, depredação do patrimônio público e desvalorização dos imóveis são alguns dos principais problemas gerados pelos acolhidos na unidade, segundo os moradores. Muitos habitantes pensam, inclusive, em se mudar, e a maioria reivindica a transferência da UNAF para regiões mais afastadas da cidade.

Longe de tomar partido neste dilema, o presente capítulo buscará analisar a problemática por um viés sociológico, dando voz aos atores sociais envolvidos, e considerando elementos vulnerabilizantes que atingem de maneira diferenciada moradores e usuários, assim como suas consequências à questão social metropolitana.

4.2 Considerações metodológicas:

4.2.1 Caracterização da pesquisa

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Nos primeiros capítulos foi apresentado o referencial teórico necessário a compreensão da vulnerabilidade social no contexto metropolitano de Brasília. Visando verificar, ilustrar e aprofundar as hipóteses apresentadas, foi realizada uma pesquisa qualitativa na UNAF - Areal, tendo como técnica de investigação a história oral, e como instrumento de pesquisa a aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

A pesquisa foi realizada com diferentes atores envolvidos na problemática: acolhidos, moradores e funcionários da UNAF. Partiu-se do pressuposto de que cada um destes grupos poderia contribuir de maneira diferenciada com a discussão, dado que distintos papéis sociais possibilita a formulação de diferentes perspectivas sobre o tema. A amostra também variou segundo cada grupo, tendo sido entrevistados 6 funcionários, 8 moradores e 14 acolhidos. Os entrevistados moradores e acolhidos foram selecionados aleatoriamente, já os funcionários buscou-se uma maior heterogeneidade das narrativas através de entrevistas com indivíduos em distintos cargos. Foram entrevistados: o coordenador da unidade, seu assistente técnico, dois agentes sociais, sendo um da área da saúde, uma assistente social e uma vigilante.

A problemática estudada foi detectada em visitas de campo realizadas no primeiro semestre de 2013, todavia, as entrevistas foram realizadas entre os dias 26 de Agosto e 18 de novembro. Exceto pela entrevista realizada com o coordenador da unidade via e-mail, as demais entrevistas foram realizadas na própria UNAF ou nas respectivas residências e estabelecimentos comerciais dos moradores. As respostas foram gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas. Buscou-se realizar uma montagem com os discursos coletados, a teoria estudada e a observação participante da pesquisadora, a fim de dar inteligibilidade ao tema apresentado no presente trabalho.

Foi elaborado um roteiro de entrevista para cada grupo estudado, afinal, distintos atores sociais podem contribuir com a pesquisa de maneira diferenciada. As questões têm por objetivo desvendar a vulnerabilidade vivenciada nos dois lados da moeda, tanto pela visão dos moradores, que se sentem ameaçados com a presença da UNAF, quanto pela visão dos acolhidos, que estão vulneráveis por sua própria condição de desligamento social. Além dessas duas perspectivas, que se mostraram essencialmente opostas, buscou-se considerar a opinião dos funcionários da UNAF, como um meio

termo, dado que estes atores vivenciam cotidianamente a vida na Unidade ao mesmo tempo em que partilham da “insegurança” do mundo exterior. As informações coletadas podem ser sistematizadas segundo o quadro abaixo:

Quadro 01: Informações coletadas segundo cada grupo entrevistado:

| | |
|---------------------|---|
| Acolhidos | Perfil do entrevistado; Vínculo com a UNAF; Vínculo com a cidade; Vínculo com a comunidade local; Perspectivas de mudança para a Unidade; Expectativas de futuro. |
| Funcionários | Função social da UNAF; Relação da comunidade local com a unidade; Perspectivas de mudanças institucionais; Perfil dos acolhidos. |
| Moradores | Perfil do morador entrevistado; Vínculo com o Areal; Principais dificuldades da vila; Reivindicações da comunidade; Percepção sobre a UNAF; Percepção sobre os acolhidos; Perspectivas de mudança para a Unidade. |

Fonte: elaboração da autora. Nov. 2013.

4.2.2. Vantagens e limitações do método

Variadas metodologias foram utilizadas a fim de validar o presente estudo: pesquisa bibliografia, documental e de campo, incluindo a observação participante da pesquisadora. Como material complementar foram, ainda, analisadas reportagens jornalísticas e televisivas sobre o dilema estudado, tornando possível, deste modo, uma melhor compreensão do imaginário social dos moradores do Areal acerca da UNAF.

Na pesquisa de campo a principal técnica de investigação se deu com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas. O objetivo da história oral é coletar, no subjetivo, elementos reveladores de estruturas. A subjetividade não está associada à individualidade meramente, mas aos processos de socialização vivenciados pelo sujeito. Compreendemos que a vantagem analítica da história oral é reconstruir a história dos excluídos através de suas próprias narrativas, dando também o devido valor às situações cotidianas.

Diversos autores apontam como os principais limites dessa técnica a pouca confiabilidade que se pode atribuir às narrativas e a falta de representatividade destas.

Todavia, diversos mecanismos podem ser implantados visando atribuir maior confiabilidade a pesquisa, como, por exemplo, comparar diferentes biografias, checar informações em outras fontes, discutir incongruências dos relatos com os entrevistados, etc. É necessário ressaltar que outras fontes de informação foram consultadas a fim de manter coerência com os discursos, porém, também contradições e silêncios podem ser considerados elementos de análise neste tipo de investigação.

4.3 Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF – Areal)

Esta pesquisa tem como objeto de estudos a Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias, localizada na vila Areal. A vila atualmente pertence à administração de Águas Claras, Região Administrativa XX, e possui cerca de 28 mil habitantes³. O primeiro morador entrevistados conta que o Areal recebeu esse nome pois foi dali onde saiu o primeiro caminhão de areia para a construção do Congresso Nacional. Se inicialmente a vila era composta por uma pequena comunidade, desenvolveu-se sobremaneira após a política de distribuição de lotes realizada no governo Roriz



Mapa RAXX Geral – Setores coloridos. Fonte: site administração de Águas Claras (<http://www.aguasclaras.df.gov.br/mapas.html>). 1) Águas Claras; 2) Areal; 3) Setor habitacional Arniqueiras; 4) ADE (Área de desenvolvimento econômico); 5) Taguatinga Sul; 6) Parque Way; 7) Vicente Pires.

³ O Areal possuía 27.966 habitantes, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Codeplan, 2010).

Considerado pelo *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos* (DIEESE) um território vulnerável, dado seu índice de vulnerabilidade igual a 54,7% (DIEESE, 2011), o Areal apresenta ainda hoje um grande déficit de infraestrutura urbana. Seu sistema educacional serve estudantes somente até a nona série. Apesar de possuir uma escola técnica no local, a população não dispõe de unidades de educação voltadas ao ensino médio e superior. Também o sistema público de saúde encontra-se debilitado, estando a região servida por um único Centro de Saúde, que, mesmo assim, recebe inúmeras reclamações da população. A infraestrutura precária da região faz com que esta esteja altamente dependente das Regiões Administrativas mais próximas, como Taguatinga, Riacho Fundo e Águas Claras.

Segundo os moradores entrevistados, as principais dificuldades da comunidade atualmente são:

Quadro 02. Principais dificuldades da comunidade Areal

| Dificuldades | Opinião dos moradores entrevistados | | | | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Falta de hospitais | X | | | | X | |
| Precariedade do transporte público | X | | X | | X | |
| Falta de segurança | X | X | X | | | X |
| Tráfico de drogas | X | | | | | X |
| Albergue | | X | | X | X | X |
| Falta de bancos | | X | | X | | |
| Falta de escolas | | X | | | X | |
| Falta de um comércio variado | | | | X | | |

Fonte: elaboração própria oriunda de trabalho de campo.

Albergue é o nome popular dado a Unidade de Acolhimento UNAF Areal. É possível notar que entre as principais reclamações dos moradores entrevistados, estão a falta de segurança e a presença do Albergue na região. É válido mencionar ainda que mesmos aqueles que não apontaram, num primeiro momento, o albergue como uma das principais dificuldades da comunidade, posteriormente, associaram a falta de segurança à presença dos acolhidos na região. Mas o que é e como funciona o Albergue?



Foto: entrada da UNAF – Areal. Foto da Autora, Nov.2013.

A Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF), antigo Albergue Conviver (ALBERCON), é uma instituição público-estatal que presta serviços de acolhimento de caráter provisório, e está vinculado a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST). Este tipo de instituição está previsto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. A Unidade no Areal surgiu em 1990, quando a cidade ao redor ainda não havia se consolidado.

A UNAF acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade social, a saber: pessoas em situação de rua, desabrigo por abandono, migrantes sem residência ou pessoas sem condições de auto-sustento. A Unidade, que até meados de 2013 acolhia também mulheres, atualmente recebe apenas homens solteiros, famílias e idosos. Um requisito para a estadia é possuir a maior idade. Indivíduos menores de 18 anos devem estar acompanhados pelos pais.

A despeito de Brasília contar com outras casas de acolhimento (como a Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Unidade de acolhimento para mulheres - Casa Flor, e a Unidade de acolhimento para Idosos - UNAI), a UNAF é a que recebe a

maior demanda, justamente por não ter seu público especificado. Segundo o coordenador, a Unidade acolhe atualmente uma média de 300 pessoas.

“A pessoa não vem aqui só pra dormir e comer. Ela tem lugar pra dormir tem alimentação, mas a pessoa quando vem pra cá, a gente quer trabalhar uma promoção social. A maioria das pessoas que chegam aqui, chega sem documentação, estão desempregadas, não tem informações sobre uma série de coisas: como tirar documento, como se qualificar, informações quanto aos estudos dos filhos... famílias muitas vezes desestruturadas.” (Funcionário 04)

Na recepção é necessário apresentar somente um documento de identificação com foto. A demanda pode ser espontânea ou encaminhamento de algum Centro de Referência de Assistência Social. O serviço da Unidade conta com: acolhimento provisório, alimentação, local para repouso, material de higiene pessoal e o atendimento por profissionais especializados (Manual do acolhido, 2013). O período máximo de estadia é de 90 dias, todavia, cada caso é analisado individualmente e se busca adequar o período de estadia à demanda do acolhido.

“To achando bonzinho aqui, eu tava na rodoviária e a assistente social me mandou pra cá [...] Vou falar uma coisa pra você: graças a Deus que eu cheguei aqui, porque no meio da rua ninguém dorme não” (Acolhido 06, 40 anos)

Segundo a Assistente Social da Unidade, a UNAF trabalha pela construção da autonomia pessoal dos acolhidos. Após o acolhimento é realizado um Plano Individual de Atendimento, que deve ser acompanhado com atendimentos especializados periódicos. Além disso, a Unidade busca alternativas para melhorar a qualidade de seu serviço, como, por exemplo, oferecendo quatro motoristas a disposição dos acolhidos (serviço usado quando por motivo justo e previamente agendado), atendimento psiquiátrico, direcionamento de mulheres grávidas ao pré-natal, parceria com a Polícia Militar a fim de controlarem melhor o pequeno tráfico e aumentar a segurança da região local, etc. Os acolhidos dispõem inclusive de uma agenda cultural:

“Nós temos uma agenda cultural. Geralmente nas terças-feiras à noite, a gente leva o pessoal na orquestra sinfônica de Brasília. Tem gente que nunca foi ao teatro na vida. Não vou nem tão longe, a gente foi na Água Mineral (Parque ecológico de Brasília que

possui piscinas naturais), tinha criança de 10 anos que nunca tinha entrado em uma piscina. Não é um absurdo? É surreal pra nossa cabeça! Mas assim, é aquela criança que já nasceu numa instituição, porque os pais ficam de albergue em albergue no Brasil todo. Isso que a gente chama aqui de trecheiro” (Funcionário 06).

A despeito de um planejamento esmiuçado e da boa vontade dos funcionários, a Unidade encontra uma série de dificuldades, internas e externas, para lograr seu bom funcionamento e a almejada promoção social dos acolhidos. A primeira delas refere-se a própria estrutura física da unidade, que está bastante precária e necessitando reformas urgentes (o que está acontecendo neste momento, 2º semestre de 2013). A maior dificuldade, entretanto, apresentada pelos funcionários, refere-se à quantidade e heterogeneidade dos acolhidos. Segundo o coordenador, o acolhimento de 300 pessoas está totalmente fora da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que sugere uma média de 50 pessoas para este tipo de instituição. De acordo com o Assistente Técnico da UNAF, o principal problema é a dificuldade de controle dos acolhidos:

“A gente tem um inchaço. Já chegou a ter mais de mil pessoas aqui dentro, é uma loucura isso aqui. E pelos direitos humanos, pela política de assistência social você não pode ter polícia aqui dentro. Já teve, mas não tinha trato, era muito complicado, sempre gerava mais confusão. As pessoas se sentiam acuadas, então tirou. Hoje nós temos vigilantes patrimoniais. Então assim, pra controlar 370 pessoas, o uso de drogas, o pequeno tráfico... não tem como. A gente fez a revista, mas não pode dar baculejo, e quem trás a droga aqui pra unidade? Idoso, na muleta, famílias, nas coisas dos bebês... é muito difícil controlar” (Funcionário 06)

Também os acolhidos reclamam da heterogeneidade do serviço:

“Aqui tem todo tipo de gente, gente com problema mental, alcoólatra, usuário de drogas, famílias, estão todos reunidos num só local. Pra gente que não usa nada é complicado” (Acolhido 01).

Segundo o coordenador, as principais dificuldades encontradas pelos acolhidos fora da UNAF, são referentes à discriminação da comunidade local e da sociedade brasileira como um todo, dificultando enormemente a inserção social desses

indivíduos. Além disso, existem também grandes dificuldades quanto ao acesso ao mercado de trabalho, acesso a equipamentos de saúde e, finalmente, dificuldades de locomoção pelo Distrito Federal.

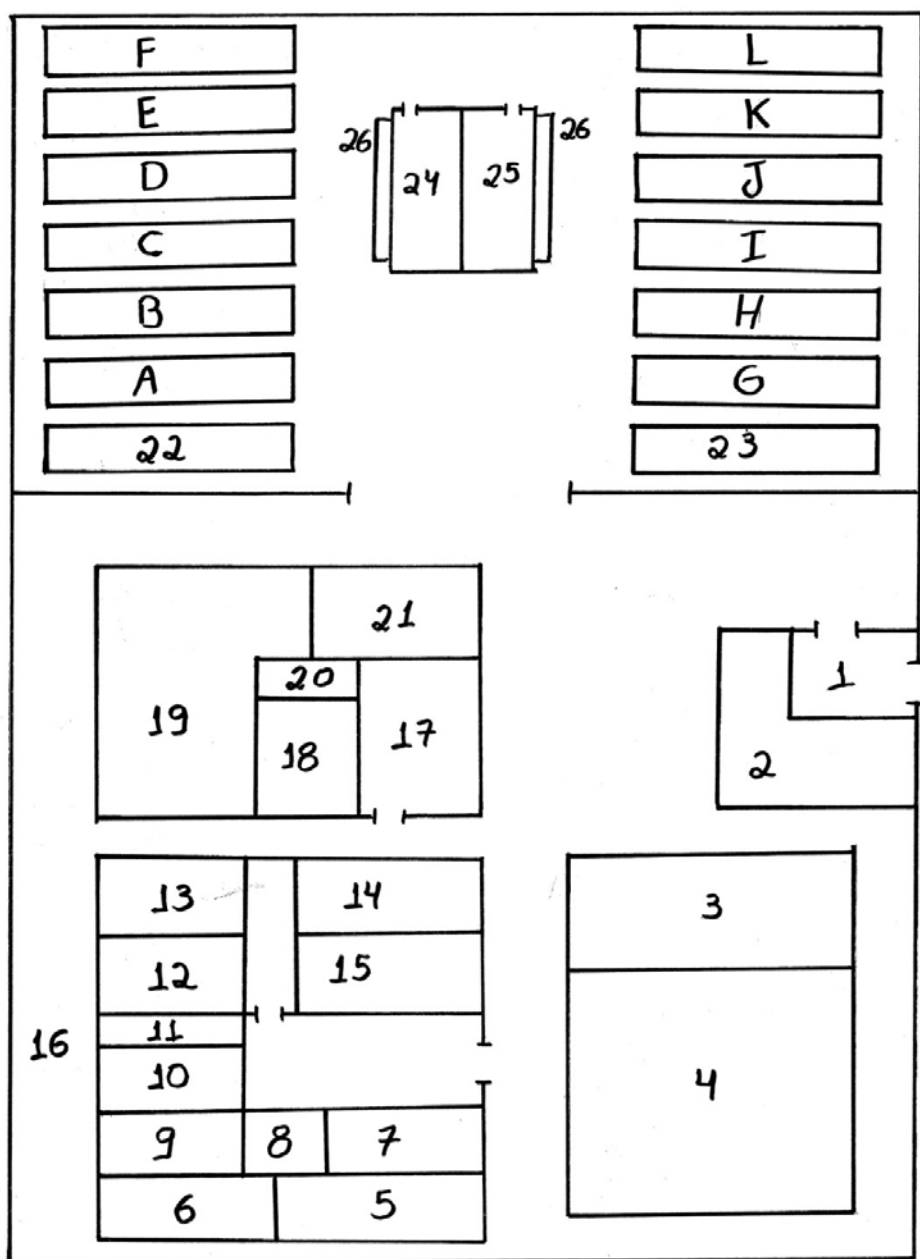
“A maioria vem por questões de trabalho, até com a fantasia de achar que em Brasília tudo funciona: passe livre sai rapidinho, DPC aqui em Brasília consegue, trabalho tem sobrando. As pessoas vêm nessa fantasia e não se preocupam em saber que Brasília é uma das capitais com o custo de vida mais caro.” (Funcionário 06)

Os funcionários, todavia, acreditam que a reforma que está sendo realizada trará melhorias significativas ao atendimento. Isso porque a reforma não é apenas física⁴, mas institucional. O projeto conta com três novas unidades que serão construídas em Ceilândia, Planaltina e São Sebastião. O acolhimento em cada uma das Unidades será especializado, o que diminuirá a demanda da UNAF-Areal e aumentará a qualidade do atendimento dado a cada público. Serão mantidos na UNAF homens solteiros, e serão direcionados às novas unidades idosos, mulheres, famílias e menores de idade.



Fotos: Dormitórios a partir da calçada, blocos de dormitórios e área em reforma. Fotos da autora/ Nov. 2013.

⁴ A reforma física visa um reordenamento da unidade como um todo. Melhorias na estrutura física, diminuição da capacidade de acolhimento, menor heterogeneidade no público atendido. Segundo o coordenador, estão sendo construídos dois novos blocos de banheiros e estão sendo reformados quatro blocos de alojamentos. O coordenador afirma que os outros blocos estão em boas condições de habitabilidade e salubridade.

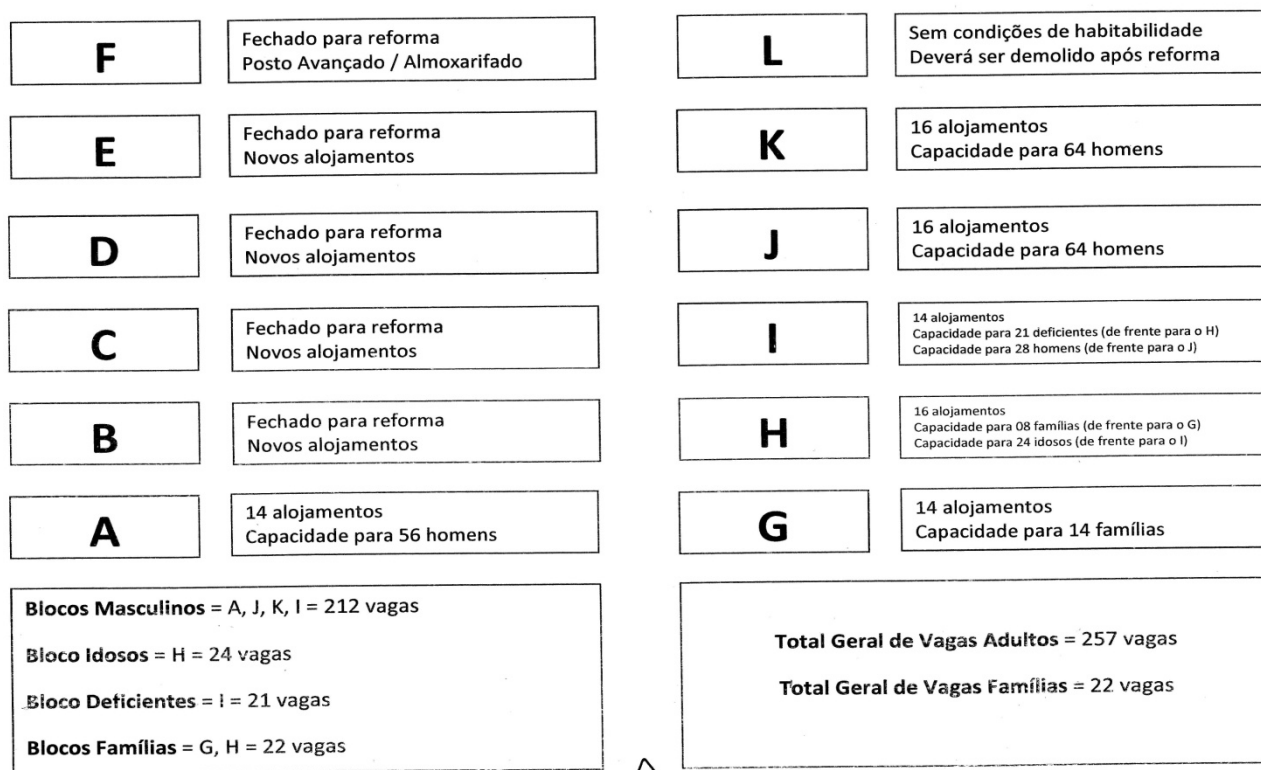


Planta da Unidade de acolhimento para adultos e famílias- Areal. Informações: Daniel Bonazzi. Desenho da autora.

- | | | |
|-----------------------------|-------------------------|--|
| 1- Entrada | 11- Banheiro | 21- Sala de espera |
| 2- Guarita | 12- Administração | 22- Guarda volumes |
| 3- Almojarifado | 13- Coordenação | 23- Sala Multiuso/ Sala dos vigilantes/ Sala de TV |
| 4- Refeitório | 14- Administração | 24- Banheiro masculino |
| 5- Arquivo Morto | 15- Sala de reuniões | 25- Banheiro feminino |
| 6- Sala de limpeza | 16- Estacionamento | 26 - Lavanderia |
| 7- Copa | 17- Acolhimento | A - L: Alojamentos |
| 8- Banheiro | 18- Arquivo | |
| 9- Sala dos motoristas | 19- Atendimento técnico | |
| 10- Núcleo de apoio à saúde | 20- Apoio técnico | |

Atualmente, com a reforma, a configuração dos alojamentos da UNAF assume a seguinte forma:

CROQUI ALOJAMENTOS UNAF-AREAL



Mapa dos alojamentos da Unidade de acolhimento para adultos e famílias – Areal. Fonte: administração da UNAF.

4.4. Imaginário social acerca da UNAF

Se por um lado a UNAF tem como função principal o acolhimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por outro lado, sua presença na cidade gera grande incomodo e insegurança à população local. Surgem novos riscos e, concomitantemente, novas situações de vulnerabilidade social.

“Eles incomodam muito. Eles vão chegando, entrando, levam as coisas da gente... eles são muito folgados! Aqui se torna perigoso por causa deles [...] Eles entram, pegam saem e vão vender. E essa venda nada mais é do que pra comprar drogas. E o cara vai entrar aqui e eu vou fazer o que? Dar um tapa nele? Aqui não tem condição de segurança para o tanto que eles aprontam.” (Moradora 06, 50 anos).

Os “Albergados”, como são conhecidos os acolhidos da UNAF pela comunidade local, são acusados pela população de uma série de infrações. Todavia, as principais reclamações coincidem. Os moradores afirmam que eles estão todo o tempo batendo nas portas das casas e comércios da região pedindo coisas. Quando habitantes respondem positivamente ao pedido, logo em seguida aparecem outros para pedir, e quando se negam a oferecer ajuda, muitas vezes, são ameaçados. *“Os albergados toda hora batem aqui pra vender coisa, pedir coisas ou roubar... Tem muitos que são pessoas de bem, mas muitos só querem se aproveitar”* (Morador entrevistado 02, 30 anos); *“Os moradores de lá se espalham na cidade pedindo coisas... eles perturbam muito os comerciantes”* (Entrevistado 04, 20 anos)

O povo se sente intimidado, sobretudo, por aqueles indivíduos que, não tendo conseguido entrar na UNAF, por uma série de razões, continuam vagando pela cidade pedindo coisas, ameaçando e roubando, muitas vezes sob o efeito do álcool ou de outras drogas. Além da insegurança gerada, a fama do “Albergue” no restante do Distrito Federal desvaloriza sobremaneira os imóveis do Areal. *“É um ponto negativo pra região, inclusive pra vender imóvel”* (Moradora 03, 27 anos)

O comportamento de alguns acolhidos, ou candidatos ao acolhimento, gera um efeito extremamente negativo quanto à percepção que os moradores do Areal têm da UNAF de um modo geral. Ainda que alguns entendam a posição de vulnerabilidade em que se encontram os acolhidos, a postura mais sensata parece ser a de cautela e o não envolvimento. *“Uma parte entende que eles são coitados, não tem pra onde ir, outra parte entende que eles são acomodados. Tem gente que tem medo deles também. Eu prefiro não me relacionar”*(Moradora 03, 27 anos); *“Essa coisa do albergue é imunda! Trás muitos problemas pra cá. Esse pessoal é bandido, usuário de drogas. Não temos confiança neles.”* (Morador 05, 28 anos)

Um Agente Social da UNAF entende o posicionamento da população local e afirma:

“A presença dos acolhidos incomoda a comunidade. A maioria (dos acolhidos) não tem discernimento. As pessoas daqui, infelizmente, causam repulsa. O que influencia muito, a meu ver, esse incômodo, é que muitos deles não sabem regras básicas de convivência. Eles têm uma vida muito instável, muitos deles são usuários de álcool, drogas.” (Funcionário 04).

A comunidade do Areal já se organizou diversas vezes reivindicando a retirada do Albergue do local. Foram feitas reivindicações, abaixo-assinados, e, inclusive, convidaram emissoras de TV para fazerem reportagens apresentando a problemática. Dos oito moradores entrevistados, todos reivindicaram a transferência da UNAF para uma região mais afastada. Alguns sugeriram também outras mudanças possíveis: *“Tinha que colocar ronda policial diariamente, botar uma escola lá dentro, alguma coisa, um lazer, um curso... tem que ter uma ocupação pra eles”* (Morador 01, 30 anos); *“Dependendo não precisava nem transferir, mas organizar melhor. Tem que mudar o comportamento das pessoas que trabalham lá dentro porque eles têm muita liberdade”* (Morador 02, 30 anos); *“Devia ter uma área de estudos para eles se formarem, fazer uma graduação, ou mesmo ter um emprego. Mas é isso, eles têm que aprender, tem que saber fazer.”* (Moradora 03, 27 anos); *“Tinham que mudar e dar mais condições para os que querem condições. Deviam dar um trabalho, daí nem precisava ter tanto policial em cima deles. É o trabalho que edifica o homem.”* (Moradora 06, 50 anos).

É possível perceber que, de fato, existe o problema da insegurança no Areal, sobretudo, se considerarmos o histórico de violência do local. Reportagens anteriores mencionam mortes, roubos, estupros, depredação de bens públicos, tráfico de drogas em plena luz do dia, etc. As principais reivindicações dos moradores giram em torno da remoção ou transferência da Unidade, políticas pontuais repressivas, e reinserção dos acolhidos no mercado de trabalho como meio de reorientação desses indivíduos. Na opinião do Agente Social da UNAF, a transferência da Unidade é uma solução limitada:

“A transferência não vai resolver nada. Só vai transferir o problema de uma área para outra. Se a reivindicação é legítima ou não, eu diria que não. Além do que, os moradores vieram muito depois. Não sei se mudar o albergue vai resolver, acredito que não. É uma questão social que extrapola isso aqui.” (Funcionário 02)

Os funcionários da UNAF foram unânimes quanto à ineficácia da transferência. Uma Assistente Social da Unidade recorda o fato de que o Albergue antecede o próprio Areal:

“A comunidade surgiu depois do Albergue. A comunidade tem que enxergar o Albergue como parte dela, porque o albergue já está aqui há 23 anos. Se ele é um problema, ele é um problema anterior [...] É uma reivindicação

hipócrita. ‘Todos são iguais’, só que uns são mais iguais que outros. Eu não os enxergo assim, Eu não me sinto assim. A compreensão de cidadania tinha que ser ampliada. Mas não, as pessoas querem marginalizar ainda mais ‘Ah, isso aqui me incomoda. Leve para longe!’ (Funcionária 03)

O Assistente Técnico entrevistado afirma a necessidade de se ter cautela com a associação direta entre criminalidade no Areal e a presença da UNAF:

“Aumenta a criminalidade? Isso é uma coisa que a gente tem que ter cuidado Dizer que não se deve ter um cuidado maior seria negligência nossa. Porque assim, nem todo mundo que ta aqui é bandido. Tem pessoas aqui que são perigosas? Tem. Tem em todo lugar. Mas tem muitos trabalhadores, gente do bem. Como o fluxo de pessoas aqui é muito grande, eu acho que tem que ter um patrulhamento maior sim. Mas não vejo que é impeditivo, pelo contrário, acho que existe um pouco de preconceito. Um pouco não, há preconceito! Existem bairros muito mais perigosos.” (Funcionário entrevistado 06).

Uma síntese dos argumentos pró e contra a transferência do albergue, segundo o imaginário social da população do DF, pode ser obtida a partir de comentários feitos pela população a uma reportagem polêmica do jornal Correio Brasiliense sobre a questão⁵:

⁵ A reportagem feita por Saulo Araújo ao correio Brasiliense, publicada em 16/01/2011, foi encontrada no site do jornal (<http://www.correiobrasiliense.com.br>) e consta em anexo no presente trabalho.

Quadro 03: argumentos pró e contra a transferência do albergue

| Argumentos a favor da transferência | Argumentos contrários a transferência |
|---|---|
| <p><i>“É um absurdo você ter que passar o dia com a janela fechada para evitar pedintes e ainda se fala em preconceito?”</i></p> <p><i>“Eu já trabalhei no Areal e sei o que o Albergue significa. As pessoas que o defendem, com certeza não trafegam a pé por lá. É o caos: há vários mendigos (em grupos), te intimidam sim até conseguir algo, rouba, furtam. Há um grande problema a resolver e não é apenas especulação imobiliária”</i></p> <p><i>“Só existe pedintes por que existe quem dê esmolas como da mesma forma só existem albergados por existirem albergues. As pessoas se acostumam a viver da boa vontade das outras e por isso não buscam ocupação”</i></p> <p><i>“É fácil falar em preconceito difícil é assumir a incompetência de gerir esse abrigo que ameaça sim as pessoas que compraram sua casa e não podem dormir a noite devido a baderna”</i></p> <p><i>“[...] Essa porcária de lugar tem que sair de lá e ir lá pro lado do lago sul ou norte”</i></p> | <p><i>“A situação do Albergue Conviver nada mais é que uma expressão da história do nosso Brasil, ou seja, é uma hemorragia aberta. E a culpa não é só dos albergados, mas de toda a população...”</i></p> <p><i>“É uma pena que essas pessoas que estão fazendo esse protesto pensam dessa forma. É preciso procurar pra saber como funciona o albergue, pra depois criticarem. A especulação imobiliária é quem tem interesse no local e estimulam os moradores e comerciantes a agirem dessa forma”</i></p> <p><i>“Se a presença de um albergue é a causa dos roubos, assaltos, etc. porque em lugares onde inexistem albergues o índice de criminalidade é alto? Só há um objetivo por trás dessa história de acusação de crimes cometidos por albergados: especulação imobiliária”</i></p> <p><i>“Isto é o retrato do capitalismo selvagem. O lucro acima de tudo. Especulação imobiliária a qualquer custo. Sensibilidade com o próximo, nenhuma. Egoísmo a toda prova. Se o albergue está lá antes dos moradores, os incomodados que se retirem”</i></p> |

Fonte: Site do jornal Correio Braziliense. www.correiobraziliense.com.br, Jan.201.

4.5. Vulnerabilidade e criminalidade

Sem negligenciar a importância do conflito apresentado pelos moradores do Areal, há que se pensar com maior profundidade suas consequências e raízes sociais, justamente para que haja a possibilidade de combate à vulnerabilidade social em ambos os lados da moeda. De acordo com Porto (2010) caberia a sociologia pensar a natureza das relações sociais e as múltiplas raízes da violência a fim de ultrapassar análises de âmbito moral e a mera denuncia dos fatos.

Porto (2010) apreende o fenômeno da violência pensando as novas formas de sociabilidade do mundo moderno. Uma vertente compreensiva deveria buscar, segundo

a autora, as múltiplas e complexas origens da violência através dos aspectos culturais e do emaranhado de valores que permeiam determinada sociedade. Se considerarmos os condicionantes da seguridade e inserção social na moderna sociedade salarial, torna-se nítido que aos acolhidos pela UNAF falta grande parte desses elementos. Submetidos à espoliação urbana, marginalizados territorial e socialmente, estes indivíduos apresentam carência de bens materiais, além de vínculos instáveis ou inexistentes com a família e o mercado de trabalho. Tal condição corrobora enormemente a formação de uma sociabilidade desviante da ordem vigente. O que está sendo afirmado é a necessidade de se considerar os condicionantes da vulnerabilidade social, para que as soluções a este tipo de conflito não se limitem a políticas pontuais repressivas e de transferência do problema.

Porto (2010) também chama a atenção para a apropriação deturpada que a mídia faz sobre o tema da violência. Partindo de estratégias de visibilização a mídia passa a ter função de produção desse fenômeno, em vez de intermediação. Por essa razão é comum que se tenha uma indistinção entre realidade e representação, o que afeta diretamente o imaginário social dos espectadores sobre determinado grupo ou circunstância. A UNAF ganhou grande notoriedade a partir de uma série de escândalos ocorridos no Areal em 2009. Segundo o coordenador da unidade, o Areal sofreu, há cerca de cinco anos, uma série de homicídios e assaltos causados por alguns moradores do Albergue daquele período. Desde então a imagem dos usuários, de um modo geral, encontra-se profundamente denegrida. Não é possível desvencilhar, portanto, a atual repulsa da população pelos acolhidos das representações sociais que se criaram acerca da Unidade ao longo dos anos.

De fato, a perspectiva determinista que associa total e diretamente a UNAF à criminalidade local é não só reducionista como também falaciosa. É necessário compreender a luta simbólica que permeia os argumentos apresentados pelos moradores. Coelho (2005) denuncia a falácia ecológica que associa, em uma relação de causalidade, a marginalidade à criminalidade. Segundo o autor, há que se ter cautela diante dessa associação, pois, trata-se de uma relação causal extremamente problemática. Tal correlação explica-se em grande medida pelo fato de indivíduos de classe baixa não possuírem as imunidades institucionais que protegem a classe média e alta, tendo, portanto, maior probabilidade de serem detectados, detidos, condenados e processados. Indivíduos em situação de vulnerabilidade social não possuem um montante considerável de capital cultural e social para se desvencilhar das acusações.

Segundo Coelho (2005), a associação entre marginalidade e criminalidade lhe parece mais uma reação ou resposta política e coletiva do que uma preocupação com as causas da criminalidade em si. Discursos que enfatizam um roteiro típico a ser seguido por determinada categoria “marginal”, legitimam programas públicos de redução da marginalidade que apenas reforçam o estigma da pobreza.

“Como a comunidade vê o albergue pra mim é muito claro: com pouco conhecimento e muito preconceito. E assim, eu concordo com algumas coisas. Aumenta a criminalidade? Acho que sim. Só tem criminalidade aqui por causa do Albergue? Não. É possível ter uma atenção maior aqui? Sim. E tem que ter! Pra gente é até melhor.” (Funcionário 06).

Visando uma compreensão totalizante do conflito exposto, torna-se necessário dar voz aos agentes que, de fato, o vivenciam em seu cotidiano, não somente aqueles submetidos à insegurança civil, mas especialmente aqueles submetidos à insegurança social. Até o momento trabalhamos o grupo dos “acolhidos” como um aglomerado homogêneo de indivíduos, que por estarem submetidos à situação de vulnerabilidade social, poderiam pertencer a uma mesma categoria. De fato, analiticamente serão enfatizadas, sobretudo, suas similitudes, todavia, trata-se de uma categoria altamente heterogênea, cujas dessemelhanças e proximidades devem ser esclarecidas.

4.6. Uma mesma categoria, diferentes histórias

É possível visualizar a diversidade do público acolhido tomando como base as estatísticas da UNAF Areal no mês de outubro - 2013. A população recebida neste mês foi composta por cerca de 30 idosos (a), 60 crianças e adolescentes e 220 homens solteiros. Dentre esses indivíduos a grande maioria era migrante. Havia ainda cerca de 20 estrangeiros, 40 indivíduos em situação de rua e 30 pessoas advindas de regiões próximas. As histórias de vida desses indivíduos são as mais diversas possíveis. As narrativas dos entrevistados podem ilustrar tal diversidade:

- *“Viemos como refugiados porque o problema do tráfico lá é muito forte e estavam ameaçando minha família dizendo que compactuávamos com*

a polícia [...] Eu, duas filhas, meu filho mais velho e meu marido” ⁶(Acolhida Entrevistada 02, Mãe de uma família colombiana).

- *“Problemas [...] Só saio daqui pra clínica de reabilitação”* (Acolhido 04, 23 anos)
- *“Vim em busca da carteirinha passe livre e aposentadoria”* (Acolhido 05, 48 anos)
- *“Eu vi passando na televisão sobre o albergue e sai pra conhecer os lugares”* (Acolhido 06, 40 anos)
- *“Eu morava na Estrutural. Derrubaram os barracos e tiraram o pessoal de lá pra ir pras casinhas. Na inscrição umas 10 famílias ficaram de fora, eu estava no meio [...] Veio eu e meu filho de 1 ano e 8 meses”* (Acolhido 10, 38 anos)
- *“É a quarta vez já, uma vez fiquei um ano [...] Vim trabalhar e visitar minha família”* (Acolhido 08, 40 anos)
- *“Sempre morei em Brasília, nasci na Asa Sul [...] Dificuldades. Trabalho de pedreiro”* (Acolhido 12, 22 anos)
- *“Eu moro na rua, só ando assim”* (Acolhido 14, 19 anos).

A despeito das diferenças, os acolhidos da UNAF apresentam demandas similares: buscam emprego, tratamento médico e documentação. Segundo o coordenador da unidade, é possível também encontrar algumas equivalências entre suas histórias de vida, é comum, por exemplo, que tenham vínculos familiares fragilizados ou rompidos: *“Muitos acolhidos romperam com suas famílias e então ficaram em situação de desabrigo ou migração [...] alguns ficaram em situação de desabrigo ou migração após uma desilusão amorosa”* (Funcionário 01)

Outra característica frequente entre os acolhidos é o uso abusivo de álcool e drogas. *“É muito comum o uso de álcool, uso de drogas né? O alcoolismo é muito forte aqui dentro. Quando eu digo muito forte, não vai achar que é todo mundo, mas nós temos aí uns 10%, 15%, ou até mais”* (Funcionário 06).

O agente social da unidade afirma que muitos acolhidos têm em comum certo comodismo. Também um grupo considerável apresenta algum tipo de problema mental:

⁶ Entrevista feita em língua espanhola. Tradução da autora.

“Muitos deles saem e voltam, ficam nesse círculo vicioso e não conseguem se antecipar. Muitas vezes pessoas jovens. Muitos dos que estão aqui preferem ficar aqui dentro por comodismo. Preferem ficar aqui dentro se sujeitando a essa indignidade que é isso aqui. Eu atendo, mas não fico me condoendo pela situação. Compreendo, mas não me envolvo emocionalmente. [...] Outra característica comum é que muitos deles têm algum problema mental, talvez devido à miséria, seja miséria material ou miséria existencial. Pode ser até geracional, porque vêm de famílias instáveis.” (Funcionário 02)

É possível, portanto, notar similitudes entre as demandas e histórias de vida dos acolhidos – sem cair em generalizações. De acordo com suas características, muitos deles se inserem na zona que Castel denomina *desfiliação*. Tal zona é referente à última etapa do processo de vulnerabilização e está marcada pelo rompimento do indivíduo com as redes de integração primária. Há, portanto, um desatrelamento destes com as regulações construídas em seu âmbito familiar e comunitário. A desfiliação ocorre quando os vínculos próximos são insuficientes para assegurar proteção e estabilidade ao indivíduo. A demanda frequente por trabalho, ou capacitação para tal, nos permite comprovar a hipótese apresentada por Castel do papel central que mercado de trabalho assume para a inserção do indivíduo na moderna sociedade salarial.

Segundo Castel, o dilema vivenciado na zona de desfiliação implica tanto uma miséria material, quanto a degradação moral do indivíduo por sua condição. Trata-se de um estado de dessocialização próprio da sociedade moderna, especialmente no que tange a vida urbana. Esse grupo altamente vulnerável é discriminado negativamente, servindo essa estigmatização para delinear espaços sociais de inserção e exclusão. A categoria “inserida” responde a essa situação com estratégias de moralização e políticas repressivas, que culpabilizam e oprimem aqueles que são, de fato, as principais vítimas desse sistema. O autor sistematiza as similitudes referentes a essa categoria estigmatizada da seguinte forma:

“O fato, em comum, de serem fortemente estigmatizados e também terem sido empurrados para os confins de uma ordem social na qual eles não se sentem integrados; em comum mais uma vez, porque são tratados de forma discriminatória em relação ao regime que comanda os intercâmbios numa

sociedade específica; em comum o fato de ser-lhes imputadas pesadas responsabilidades em seus ombros quando, por exemplo, focalizou-se somente neles o essencial de uma questão social que os ultrapassa e da qual são mais vítimas que agentes” (Castel, 2008, p.71.).

4.7. O Estigma

Pesquisadora: *Como a população local percebe o albergue?*

- *“Eles acham que aqui só tem ladrão, traficante e noiado. Eles vêm aqui como uma condicional semi-aberta” (Acolhido 07, 26 anos);*
- *“Eles vêm com discriminação. O albergue é totalmente discriminado, inclusive eles pretendem até tirar” (Acolhido 09, 56 anos);*
- *“Como um lugar terrível, porque muitos fazem e todos pagam” (Acolhido 11, 21 anos);*
- *“No Areal querem tirar o albergue. Pessoal tava querendo até quebrar o muro esses dias. Se você ta dentro do albergue, não importa se trabalha ou não, você é o lixo da sociedade. Essa sociedade é pra burguês, pra playboy” (Acolhido 12, 22 anos);*
- *“Você não tem conceito, fala que é daqui os caras já querem te quebrar” (Acolhido 14, 19 anos).*

O abismo existente entre as expectativas sociais com relação aos acolhidos e a heterogeneidade dessa população, torna razoável supor que estes indivíduos estão submetidos a um amplo processo de estigmatização. Goffman (2012) explica que o termo *Estigma* é utilizado para evidenciar uma característica negativa em alguém, tendo como consequência o descrédito desse indivíduo. Em geral constrói-se uma racionalidade para o estigma a fim de justificar a inferioridade do outro, inferindo uma série de imperfeições a partir de determinada imperfeição original. No caso dos acolhidos, a imperfeição original seria a mera residência em uma Unidade de Acolhimento.

A estigmatização se desenvolve quando determinadas pré-concepções sobre um grupo, ou indivíduo, se transformam em expectativas normativas. As características esperadas distanciam-se enormemente daquilo que de fato existe, criando, desse modo, uma *identidade virtual* que se opõe drasticamente a *identidade real* do estigmatizado.

“Eles têm o albergue como lugar de vagabundo, marginal. Não é assim que nós pensamos, estamos aqui porque precisamos. É um acolhimento que o governo dá pra gente que ajuda muito” (Acolhido 08, 40 anos).

Segundo Goffman (2012), o estigma seria uma linguagem de relações e não de atributos, pois o atributo só levaria ao descrédito quando combinado a um estereótipo construído socialmente. O simples fato de estar no albergue, portanto, não levaria a estigmatização do acolhido se não houvesse no imaginário social o estereótipo que associa seu local de residência a uma conduta duvidosa.

O momento ápice da manifestação de um estigma ocorre nos *contatos mistos*, ou seja, em situações sociais onde “normais” e estigmatizados se encontram. Neste momento, os dois lados terão de encarar as causas e efeitos deste estigma. O caráter embaraçoso destes encontros pode levar os normais e estigmatizados a esquematizarem suas vidas de forma a evitá-los (Goffman, 2012). Pesquisadora: *Já sofreu algum tipo de discriminação por se hospedar na UNAF?* Acolhido 14 (19 anos): *Não, eu me envolvo onde me cabe.*

Nos contatos mistos é comum que o estigmatizado sinta que está em exibição, é também comum que responda a estas situações pelo retraimento ou pela agressividade. Esse fato acaba por reforçar seu estigma, dado que suas respostas aos contatos mistos passam a ser também associadas ao seu defeito. As situações de interação podem ser ainda mais embaraçosas para os “normais”, que comumente ordenam sua vida de modo a não interagir com o estigmatizado e se vêm desestabilizados em situações como essa.

O estigma se torna verdadeiramente problemático por potencializar a condição de vulnerabilidade social. Se não impede, ele ao menos dificulta a integração social do indivíduo e, logo, a construção de uma rede de proximidade concisa. Em outras palavras, seu déficit de capital físico e humano, torna-se, pela estigmatização, também fator de um déficit de capital social. Mais que um caminho de mão única, forma-se um círculo vicioso, no qual também a estigmatização é empecilho ao desenvolvimento de capital físico e humano.

- *“Já andei procurando emprego por aqui e quando eu dizia que era do albergue eles diziam que não tinha emprego pra albergado porque é tudo vagabundo. Preconceito tem muito” (Acolhido 08, 40 anos).*
- *“Trabalho até tem, mas é pingado. Ninguém dá trabalho fixo se você disser que é daqui” (Acolhido 09, 56 anos).*
- *“Já, perdi um bom emprego por ser albergado. ‘Onde você mora? A mulher perguntou. ‘No Areal’ eu respondi. ‘Qual lugar? Na 11. E ela: ‘Ah, no albergue?’ (risos)⁷” (Acolhido 12, 19 anos).*

Inseridos em um meio de infraestrutura precária, carentes de bens materiais, desfalcados de vínculos de proximidade e estigmatizados socialmente, os acolhidos da UNAF se deparam com uma estrutura de oportunidades bastante restrita. Os indivíduos mais velhos, sobretudo, encontram inúmeras dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Grande parte das empresas busca prioritariamente mão-de-obra jovem e qualificada, surgindo prematuramente a categoria velho (Kowarick, 1979). Na cidade, o excedente de desempregados torna a maior parte da mão-de-obra substituível, quando não dispensável.

A consciência de seu estigma, e das consequências de possuí-lo, pode levar o estigmatizado a manipular informações sobre seu defeito, quando, por exemplo, omite aquilo que o desqualifica. O estigmatizado também pode ser constrangido a aprender uma nova maneira de ser, a fim de adequar-se ao meio em que se insere. *“Não, acho que porque ninguém sabe que eu vivo aqui” (Acolhido 07, 26 anos); “Não, porque eu não dou motivo” (Acolhido 13, 25 anos).*

Segundo Goffman (2012), ao falar em “normal” e “estigmatizado” nos referimos não a pessoas, mas a perspectivas. O que está em jogo são papéis sociais e não indivíduos. O autor sugere, portanto, que se ultrapasse a parcialidade das perspectivas (que são fluidas e podem variar dependendo da ocasião), e se busque a função social da estigmatização, mais que à suas causas ou desejabilidade em determinada circunstância.

Para Goffman (2012) a má reputação do estigmatizado tem função social óbvia: controle social. Por que e por quem? Há que se compreender que a perspectiva “normal”, assim como o estigma, é uma construção social. É necessário entender o

⁷ Segundo Goffman (2012) a estigmatização quando narrada pelo estigmatizado muitas vezes provoca o riso, a fim de demonstrar a tolice dos normais e de seus argumentos que não passam de meras racionalizações. Tal erro de identificação provocaria o divertimento do narrador e de seus companheiros.

quadro de referências específico de uma sociedade que dita o que será tido como desviante. Becker (2008) é quem melhor nos oferece os elementos necessários para se pensar o *desvio* em determinada ordem social.

Becker (2008) se desprende da ótica de análise do comportamento desviante, e das regras que o pressupõe, para se debruçar sobre o processo de julgamento do desvio: quem o faz, como, porque e em quais condições. A compreensão do desvio não se dá de forma simples. O comportamento desviante não é uma qualidade de um ato em si, mas envolve reações de outras pessoas ao comportamento, envolve um processo de reconhecimento do desvio que pode variar de acordo com o grupo social. Becker afirma que o *desviante* é criado socialmente, ao se construir regras sociais cuja transgressão será tida como desvio. Segundo o autor a maior parte das pessoas permanece sensível aos códigos de condutas convencionais, no entanto, o desvio pode ocorrer quando o indivíduo possui alianças embaraçosas com a sociedade convencional, quando não tem uma reputação a zelar, ou simplesmente, quando outras normas se afirmam sobre as convencionais.

O rótulo de desviante modifica a identidade pública de uma pessoa ou grupo, isso porque o desvio passa a ser seu traço de reconhecimento principal e, a partir dele, seriam traçados uma série de traços auxiliares esperados. A identificação desviante torna-se a predominante, podendo gerar desse modo a chamada profecia auto-realizadora. Este fenômeno ocorre quando a não correspondência as expectativas por parte de um indivíduo estigmatizado, leva-o a buscar alternativas para sua inoperante por meio de um comportamento desviante. A sociedade se organiza de modo que determinados arranjos sociais pedem por outros, sendo a própria estigmatização elemento produtor da conduta desviante.

Uma questão a ser colocada é: quem, portanto, elabora as regras a serem implantadas? Fica claro que as diferenças na capacidade de elaborar regras implicam, essencialmente, diferenças de poder, seja político, econômico, ou advindo de hierarquias mais sutis. Bourdieu (2008) explica que é fundamentalmente através de sistemas simbólicos que a cultura dominante se impõe ao restante da sociedade, apresentando como interesses universais, o que são em realidade interesses particulares. Essa forma sutil de dominação se dá pela imposição de estruturas mentais cujo sistema de classificação reproduz os interesses da classe dominante. O poder simbólico opera no sentido de legitimar as distinções e hierarquias já existentes na ordem social. Trata-se de diferentes formas de poder, como o político e o econômico, que se transfiguram no

simbólico tornando-se invisíveis. A grande vantagem do poder simbólico, portanto, é ser irreconhecível como arbitrário (Bourdieu, 2012).

Entende-se, pois, que o sistema de classificação que estabelece um grupo tido como “normal” e outro “desviante” traduz um complexo jogo de dominação que atua no simbólico, influenciando as visões de mundo e afetando, portanto, o próprio mundo. A ordenação de uma comunidade em “inseridos” e “outsiders” traduz a posição de ambos os grupos na estrutura social. O fenômeno que foi apresentado por Elias (2000) é igualmente identificado no caso da UNAF Areal, sendo os moradores do Areal os detentores de maior prestígio e coesão, ou “estabelecidos”, e os acolhidos da unidade, o grupo tido como inferior, desviante, ou “outsider”.

Como bem aponta Elias, o status superior é comumente acompanhado por recursos superiores de poder, enquanto o status inferior ampara-se geralmente em uma condição de vida degradante. Mais que desigualdades econômicas, trata-se de uma desigualdade de coesão interna e status moral. Existe na vida comunitária, de modo mais perceptível, um código de conduta a ser seguido, exigindo maior autocontrole e autodomínio nos indivíduos nela inseridos. Por outro lado, o grupo de status inferior normalmente possui inúmeras dificuldades de coesão interna. No caso da UNAF, o grande fluxo de pessoas no local e a falta de reconhecimento dos integrantes entre seus pares, impedem que o grupo se identifique como uma categoria única e exija para si melhores condições e reconhecimento. Falta-lhes, portanto, coesão interna.

Na mentalidade dos estabelecidos, o grupo outsider representa uma ameaça, não apenas a sua integridade física e a sua propriedade, mas também ao seu status moral. Opor-se a ele, representa busca por seguridade, mas também a afirmação de uma moralidade e preceitos hegemônicos na ordem social vigente. O preconceito observado, portanto, mais que um adorno de análise, é elemento integrante da configuração social analisada.

4.8. O poder coercitivo das configurações sociais

Como bem aponta Elias (2000) as configurações sociais exercem certo grau de coerção sobre os indivíduos, limitando de forma considerável seu âmbito de decisões. Não se trata de uma relação determinista que dita percursos a serem traçados por cada categoria, mas de configurações sociais que desenham a estrutura de oportunidades e, portanto, definem espaços sociais, não intransponíveis, porém, rígidos.

Os indivíduos em situação de vulnerabilidade social acolhidos pela UNAF estão inseridos em um meio instável, muitas vezes submetidos a condições de subcidadania e subemprego. Tais indivíduos se vêm lançados à sobrevivência no imediatismo, onde a soluções devem ser pensadas a curto prazo e um planejamento futuro é de difícil resolução.

“Sei lá, posso morrer daqui a pouco. Vai ficar planejando? Deixa acontecer. Já não deu nada certo do que eu planejei pro meu futuro de hoje à tarde” (Acolhido 07, 26 anos).

“Não tenho muita expectativa não, eu vivo um dia após o outro” (Acolhido 14, 19 anos).

Outras expectativas ilustram a predominância de alguns elementos condicionantes da estabilidade e seguridade individual na sociedade moderna, tanto no âmbito material quanto no âmbito moral, a saber: emprego, moradia e família.

“São muitas. Arrumar um emprego fixo, reconstruir uma família. A gente perde tudo que teve com a separação. A gente constrói as coisas juntos e quando separa perde tudo. Quero voltar pra São Paulo” (Acolhido 08, 40 anos).

“Trabalhar e crescer. Construir uma família” (Acolhido 11, 21 anos).

“Só melhorar. Estruturar minha vida, fazer um curso técnico profissionalizante e alugar uma casa” (Acolhido 12, 22 anos)

“Situação aqui é temporária. Daqui em diante só vou pensar em progredir. Formar em psicanalista, psicólogo, psiquiatria... minha área é essa aí” (Acolhido 13, 25 anos).

Um fator potencializador da vulnerabilidade é que “a pessoa estigmatizada não consegue receber o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social o haviam levado a prever” (GOFFMAN, 2013), desse modo, a discrepância existente entre sua identidade virtual e real torna-o uma pessoa não só desacreditável como também desacreditada. Desacreditado, o indivíduo se afasta da sociedade e de si mesmo, aumentando ainda mais o abismo entre os mundos sociais “estabelecidos” e “outsiders”.

“Mudou o modo das pessoas me olharem [...] Olhar de desprezo. Eles não querem ver a pessoa crescer” (Acolhido 11, 21 anos).

Como afirma Bourdieu (2012), o poder simbólico refere-se a uma estrutura estruturante, portanto, o sistema simbólico que legitima e reafirma a dominação de determinado grupo acaba por ser internalizada pelos próprios indivíduos em posição social inferior. Segundo Goffman (2013), o estigma se intensifica quando há internalização da crença depreciativa por parte do estigmatizado. Deste modo, é comum que se reproduza no imaginário dos indivíduos em situação de vulnerabilidade o tipo de ordem social almejada pela classe dominante.

“Este local deveria ser afastado, tá precisando vender e mudar pra um lugar mais afastado. Até porque a assistência tem carro próprio, então não dá pra dizer que o albergado não vai na cidade por falta de carro. E tem aquela coisa, tem pessoas com problema de cabeça. O pessoal fica com medo de passar aqui em frente pelo pessoal que desestabiliza” (Acolhido 05, 48 anos).

Ao longo deste capítulo foi possível notar a complexidade da problemática apresentada. Longe de apresentar bons e maus, certos e errados, buscou-se esclarecer que a vulnerabilidade se faz presente nos dois lados da moeda de forma diferenciada, todavia, foram também esclarecidos alguns aspectos ocultos, porém determinantes, do mesmo conflito. A fim de ilustrar, por fim, as perspectivas de cada grupo de atores envolvidos, foi elaborado um quadro resumo das demandas:

Quadro 04. Quadro resumo das demandas

| Público | Demanda |
|---------------------|--|
| Moradores | <p><i>“Tinha que colocar ronda policial diariamente, botar uma escola lá dentro, alguma coisa, um lazer, um curso, tem que ter uma ocupação pra eles” (Morador 01, 30 anos)</i></p> <p><i>“Lá devia ter uma área de estudos para eles se formarem [...] eles têm que aprender, tem que saber fazer” (Moradora 03, 27 anos)</i></p> <p><i>“Tirar o albergue. Transferir pra bem longe da cidade” (Morador 05, 28 anos)</i></p> |
| Funcionários | <p><i>“Falta uma estrutura física de maior qualidade; aumentar a quantidade de servidores para atendimento/ acompanhamento dos acolhidos; aproximação com a comunidade local” (Funcionário 01)</i></p> <p><i>“Falta uma compreensão maior. O que as pessoas podem fazer é se informar, buscar até cooperar de alguma forma: tentar entender, cobrar dos governantes, das autoridades, de quem pode fazer alguma coisa pela melhoria, seguridade, infraestrutura [...] A gente acha interessante as pessoas conhecerem nosso trabalho até pra desmistificar algumas coisas e melhorar nosso serviço” (Funcionário 06)</i></p> |
| Acolhidos | <p><i>“Albergue tem que ter uma área de obra para que o detento trabalhe, ter alguma oficina de instrução, trabalho. Sem instrução ele sai pior do que entrou porque ele não sabe fazer nada” (Acolhido 05, 48 anos)</i></p> <p><i>“Devia ser no centro de Brasília porque o pessoal vem de fora pra resolver problema e ir pra lá daqui é uma canseira (Acolhido 10, 38 anos)</i></p> <p><i>“Devia mudar o jeito de tratar as pessoas. Não tratar como albergado, mas como ser humano” (Acolhido 12, 22 anos)</i></p> |

Fonte: elaboração própria oriunda de trabalho de campo

Cada uma das demandas apresentadas pode contribuir à amenização do conflito, seja de maneira direta ou indireta. É indispensável, todavia, considerá-las em conjunto e totalidade, olhando não diretamente para políticas pontuais, mas, primeiramente, aos desequilíbrios estruturais que degradam a vida na metrópole e produzem este tipo de conflito. A insegurança que atualmente está associada ao albergue, advém de processos vulnerabilizantes que o ultrapassam. Estão concentradas ali suas maiores vítimas, ainda

que estes, muitas vezes, corroborem a elaboração de novos riscos aos quais outros atores sociais estarão expostos. Uma coisa é certa: mais que vítimas de um problema local, ambos os grupos são vítimas de uma sociedade que não foi, e pouco está sendo, pensada para acolher e assegurar a totalidade de seus cidadãos.

“O fato de que estas questões sejam as mais dramaticamente levantadas na periferia não significa que elas levantem um problema periférico. Muito pelo contrário: esta coagulação das discriminações raciais e dos fatores mais graves da dissociação social que atualmente observamos nas favelas faz pesar sobre o conjunto da sociedade uma ameaça de secessão. É somente pela restauração das condições do exercício de uma cidadania política e social plenas que poderíamos conjurá-la” (CASTEL, 2008, p.114).

4.9. O efeito centrífuga da vulnerabilidade na metrópole.

“Eu fiquei sabendo que eles tiram esse pessoal lá do Plano Piloto e jogam pra gente aqui, principalmente por causa da copa” (Morador 02, 30 anos)

O presente capítulo buscou demonstrar o efeito centrífuga da vulnerabilidade social no contexto metropolitano, e seus instrumentos simbólicos de atuação. A resposta ao conflito vivenciado pela comunidade do Areal com relação à presença da população vulnerável naquela região é clara: transferência da Unidade de Acolhimento para um local mais distante da cidade. Apesar de outros elementos terem sido mencionados, essa resposta foi quase unânime entre os entrevistados. Do mesmo modo, 23 anos atrás essa solução permeava a mentalidade dos idealizadores do albergue, que elegeram na época um local afastado da cidade para acolher os indivíduos em situação de vulnerabilidade.

É possível nos perguntarmos quantas vezes a transferência do problema para as margens da sociedade foi sugerida em Brasília, desde as primeiras remoções, transferência de invasões, cooptação da população, formação de cidades-satélites inteiras enquanto o Plano Piloto não havia sequer sido plenamente ocupado. Mais severamente podemos nos perguntar quantas vezes essa lógica ainda aparecerá como

solução até que nos debrucemos sobre as verdadeiras raízes da vulnerabilidade social, e reconheçamos seus mecanismos de reprodução no território urbano.

Considerações Finais:

O objetivo deste trabalho foi lançar luz à questão da vulnerabilidade social na cidade de Brasília. A capital do país, inspirada em princípios modernistas, ideais igualitários e democráticos, se vê hoje claramente desvirtuada de seu projeto inicial. Estratificada social e territorialmente, Brasília tem concentrada em suas margens as marcas de um sistema de acumulação excludente e vulnerabilizante. Desemprego, inaccessibilidade, insegurança, desfiliação e estigmatização são faces distintas de um mesmo processo que torna mais vulneráveis justamente aqueles indivíduos mais desfalcados de mecanismos de proteção.

A configuração socioespacial brasiliense não só produz, mas contribui a reprodução e intensificação da vulnerabilidade social. Os interesses dominantes em Brasília impõem-se como processos naturais e irreversíveis, utilizando-se de instrumentos materiais e simbólicos para concretizar e justificar a segregação da população economicamente desprivilegiada. Tal segregação assume aspecto complexo, essa condição consiste num distanciamento tanto territorial quanto social. O indivíduo é marginalizado não apenas do centro espacial da cidade, mas também do centro de decisões e de oportunidades.

Os elementos componentes da seguridade social na moderna sociedade salarial referem-se a posição do indivíduo no mercado de trabalho, a habitação própria, o acesso a bens de serviço de qualidade e a pertinência a uma rede de sociabilidades concisa, o que garante, por fim, sua posição na estrutura social. Todavia, a sociedade moderna encontra-se desfalcada de posições sociais com reconhecimento. Nela, a vulnerabilidade e a inferioridade de determinados grupos é funcional a manutenção de uma ordem social hierárquica. O presente trabalho defende que, para além de melhorias materiais, a integração social é mecanismo fundamental à redução da vulnerabilidade social. Tal integração, todavia, pode ser de extrema complexidade dado que representa uma grande ameaça às bases do status quo (Katzman, 2007). O que explicaria o pouco interesse das classes dominantes num combate efetivo aos processos de vulnerabilização.

A solução para a vulnerabilidade social no contexto metropolitano, comumente é buscada por meio de políticas fragmentas ou mesmo repressivas àqueles que são, em realidade, as maiores vítimas desse sistema. Tais mudanças, pensadas de maneira superficial, evitam reconhecer as principais raízes da questão social apresentada. Entende-se que é indispensável compreender as raízes globais da vulnerabilidade social, assim como seus mecanismos de manifestação e reprodução local, a fim de auxiliar tendências que torne possível uma cidade mais igualitária e democrática.

Mais que uma política pontual específica, o presente trabalho buscou apresentar as bases necessárias a uma compreensão totalizante da vulnerabilidade social na metrópole. Tal compreensão poderá auxiliar estudos posteriores a uma reflexão das particularidades desse fenômeno em determinados contextos, assim como orientar políticas públicas voltadas à sua superação.

Para bem auxiliar estudos futuros é possível citar algumas sugestões de análise:

- 1) Um estudo válido seria analisar as novas unidades de acolhimento que estão em processo de construção, a fim de “desafogar” a UNAF; Verificar, por exemplo, como a população das RAs que receberão as novas unidades lida com este fato; As justificações manifestas e latentes para a descentralização do acolhimento; Observar, por fim, se o acolhimento especializado às diferentes categoria (idosos, famílias, homens solteiros e mulheres solteiras) gerou, de fato, avanços no serviço.
- 2) Na mesma linha de investigação, será possível também verificar os impactos da descentralização na relação UNAF- Areal. A descentralização permitirá uma diminuição na criminalidade e insegurança local? Haverá mudanças significativas no imaginário social acerca dos acolhidos?
- 3) Outra análise interessante seria o estudo comparativo entre unidades de acolhimento de diferentes metrópoles do país, verificando como se dá a sobreposição de vulnerabilidades entre os usuários de cada uma delas, e observando também se é possível notar uma tendência centrífuga da vulnerabilidade social nesses centros urbanos.
- 4) Por fim, um estudo válido seria desvendar as modificações no tratamento da população mais vulnerável em Brasília no ano de 2014, dado que neste ano a cidade sediará parte da Copa Mundial de Futebol – FIFA. Muitas são as

denúncias contra uma espécie de política de higienização que ocorre em Brasília (RAI), afirmando que tal política se intensificará no período anterior e concomitante a Copa. Será possível verificar, portanto, os sistemas simbólicos de justificação da segregação socioespacial em prol de um evento elitizado e as consequências de um desenvolvimento urbano pouco inclusivo, ou até mesmo, excludente.

As sugestões de análise, todavia, não devem levar a mera detecção da vulnerabilidade social nos grandes centros urbanos. O fenômeno, que facilita, em última instância, o abandono de grande parcela da população à subcidadania, deve ser compreendido em suas causas e dinâmica, e, igualmente, analisado em seu plano de possibilidades. Se ao falar em vulnerabilidade social nos referimos a um paralelo entre a estrutura de riscos e a estrutura de oportunidades de determinada conjuntura, é razoável que um estudo sociológico venha contribuir a formulação de mecanismos potencializador de oportunidades e amenizador de riscos.

A principal contribuição deste trabalho foi justamente revelar componentes dos processos formadores e reprodutores da vulnerabilidade social no contexto metropolitano. Verificaram-se as manifestações e consequências do processo de vulnerabilização no Distrito Federal e, por fim, o estudo de caso realizado na UNAF – Areal contribuiu no sentido de ilustrar e verificar as hipóteses anteriormente apresentadas, revelando, ainda, suas particularidades a nível microsociológico.

Referência bibliográfica:

BARREIRA, César. **Violência e Conflitos sociais. Violência, sociabilidade e ordem pública no Rio de Janeiro: uma tomada de posição.** Cap. 5. Campinas: Ed. Pontes, 2010

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Sobre o poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** Cap.II: O imaginário da cidade. Campinas, SP: Papirus, 1995.

COELHO, Edmundo Campos. **“A oficina do Diabo e Outros Estudos sobre a criminalidade” In. A Criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

CUNHA, José M.P; JAKOB, Alberto A. E; HOGAN, Daniel J; CARMO, Roberto L. **A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas.** Projeto dinâmica intrametropolitana e vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles do interior paulista: Campinas e Santos. Apresentado para Fapesp.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA, Ignez; PENNA, Nelba. **Brasília: novos rumos para a periferia.** In. PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: moradia e exclusão. Brasília: Editora UnB, 1996.

FERREIRA, Ignez. **Brasília: mitos e contradições na história de Brasília.** In. PAVIANI, Aldo (org.). Brasília 50 anos da capital a metrópole. Brasília; Editora UnB, 2010.

FERREIRA, Ignez. **O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília.** In. PAVIANI, Aldo. Brasília, Ideologia e Realidade. Espaço Urbano em Questão. São Paulo, Projeto, 1985.

FERREIRA, Ignez; VASCONCELOS, Ana Maria; PENNA, Nelba. **Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu – MG, 29 de setembro a 03 de outubro, 2008.

GONZALES, Suely. **As formas concretas da segregação residencial em Brasília.** In.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação.** São Paulo: ANNABLUME, 1995.

GOFFMAN, Erving (1975) **Estigma, Notas sobre a Manipulação da identidade deteriorada.** Cap. 01 e 05. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988

HOLSTON, James. **A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia.** Editora Companhia das Letras, 1993.

JATOBÁ, Sérgio. **Crescimento urbano na metrópole de Brasília: potencial e limitações.** In. PAVIANI, Aldo (org.). Brasília 50 anos da capital a metrópole. Brasília; Editora UnB, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos.** São Paulo, SP: Ed. 34, 2000.

_____. **A Espoliação Urbana.** Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra, 1979.

KATZMAN, Rubén. **Seducidos y Abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos.** Revista de la CEPAL, 2001.

KATZMAN, Rubén. **A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana.** In. RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS JUNIOR, Orlando. As Metrópoles e a Questão Social Brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Revan, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Globalização e política urbana na periferia do capitalismo.** In. RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS JUNIOR, Orlando. As Metrópoles e a Questão Social Brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Revan, 2007

MICHAUD, Yves. **A violência.** (Cap. 01,02,03 e 04) São Paulo: Ed. Ática, 1989

MOYA, Maria Encarnación. **Trajetórias e transições da questão social no brasil urbano: viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** Novos Estudos - CEBRAP, n.86, p.207-217, 2010

NUNES, Brasilmar. F. **Brasília: a fantasia corporificada.** Brasília: Editora Paralelo 15, 2004.

NUNES, Brasilmar. F. **Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano.** Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Distrito Federal: PDAD/DF, 2011.

Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade do Distrito Federal. Brasília: DIEESE, 2011.

PAVIANI, Aldo. **A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade?** In. PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: moradia e exclusão. Brasília: Editora UnB, 1996.

_____. **A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial.** In. PAVIANI, Aldo (org.). Brasília 50 anos da capital a metrópole. Brasília; Editora UnB, 2010.

_____. **Brasília, Ideologia e Realidade. Espaço Urbano em Questão.** São Paulo, Projeto, 1985.

PINTO da Cunha, J. M., Jakob, A. A. E., Hogan, D. J., E Carmo, R. L. A **Vulnerabilidade social no contexto metropolitano: O caso de Campinas.**

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência: do conceito às representações sociais. Parte I.** Brasília: Editora Grancis, 2010.

RIBEIRO, L. C. Q. **Metrópoles, reforma urbana e desenvolvimento nacional.** In. RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS JUNIOR, Orlando. **As Metrópoles e a Questão Social Brasileira.** Rio de Janeiro, RJ: Ed. Revan, 2007.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania.** São Paulo, SP: Ed. 34, 2001.

Anexo 01: Roteiros de entrevistas

Roteiro de entrevista para acolhidos (7/11 e 12/11)

- 1) Qual seu local de origem?
- 2) Qual a idade do senhor(a)?
- 3) Há quanto tempo o(a) senhor(a) está hospedado(a) no albergue?
- 4) Já havia estado aqui antes?
- 5) Veio só ou acompanhado?
- 6) O que o(a) trouxe até aqui?
- 7) Quais lugares o(a) senhor(a) costuma frequentar fora da UNAF?
- 8) Em sua opinião, como os moradores do Areal percebem o albergue e os acolhidos?
- 9) Já sofreu algum preconceito por ser hospede do Albergue? Se sim, qual?
- 10) O que mudou em sua vida desde que chegou?
- 11) O que falta e o que deveria mudar na UNAF?
- 12) Em sua opinião, em qual região do DF o albergue estaria melhor localizado?
- 13) Quais são suas expectativas para o futuro?
- 14) Gostaria de fazer alguma outra consideração?

Roteiro de entrevistas para funcionários (7/11 e 18/11)⁸

- 1) Qual função social cumpre a UNAF?
- 2) O(a) Senhor(a) acredita que a presença da UNAF no Areal gere problemas para a comunidade local?
- 3) No seu ponto de vista, como a comunidade local percebe os acolhidos?
- 4) Qual sua opinião sobre a reivindicação feita pelos moradores do Areal quanto a transferência da unidade?
- 5) O que falta e o que poderia mudar para reverter esse quadro?
- 6) É possível definir semelhanças entre os acolhidos? Quais seriam?
- 7) Gostaria de fazer alguma outra consideração?

Roteiro de entrevistas para moradores do Areal (7/11 e 18/11)

- 1) Qual a idade do senhor(a)?
- 2) Há quanto tempo vive no Areal?
- 3) Quais são as principais dificuldades da comunidade atualmente?
- 4) Em sua opinião, quais são as principais reivindicações dos moradores?
- 5) Como a comunidade percebe a presença do albergue no Areal?
- 6) O que os moradores pensam acerca dos albergados?
- 7) No seu ponto de vista, o que falta e o que poderia mudar para reverter essa situação?
- 8) Gostaria de fazer alguma outra consideração?

⁸ Apenas o coordenador da unidade foi entrevistado no dia 26 de agosto.

Anexo 02: Reportagem do Jornal Correio Braziliense sobre o tema:

No Areal, vizinhança se mobiliza contra albergue que hospeda sem-tetos

Saulo Araújo

Publicação: 16/01/2011 08:00 Atualização: 16/01/2011 08:22

Lideranças comunitárias do Areal, região incorporada a Águas Claras, organizaram ontem um abaixo-assinado pedindo a remoção do Albergue Conviver. Segundo relato de moradores, a violência na cidade está diretamente associada ao estabelecimento que hospeda sem-tetos de todas as partes do Distrito Federal e do país. Eles reclamam que a presença dos albergados tem, inclusive, desvalorizado os imóveis do bairro. Na avenida principal do Areal, muitas placas de venda estão espalhadas nas calçadas.

Um dos organizadores do manifesto, Luiz Cláudio Cezário, 39 anos, denuncia que a maioria das pessoas residentes do albergue tem ficha de antecedentes criminais ou são foragidos da Justiça. Ele reclama que a direção do órgão não tem um controle efetivo sobre essa população. “Só através do Linha Direta (extinto programa da Rede Globo que relembra casos de autores de homicídios foragidos) a polícia prendeu dois assassinos de altíssima periculosidade. Eles estavam andando no meio da população, como cidadãos comuns, porque a direção não troca informação com outros órgãos”, reclamou.

Luiz Cláudio carrega no corpo 11 cicatrizes provocadas por uma faca. De acordo com ele, o autor da agressão é um albergado, que o assaltou há cerca de quatro anos. “Eu estava saindo do mercado quando três homens me abordaram. Um deles, que depois eu descobri ser albergado, começou a me esfaquear sem eu nem ter reagido. Parecia estar sob efeito de drogas ou álcool”, relembrou.

A aposentada Guiomar Duarte Sá, 60 anos, conta que desistiu de ter interfone em casa. “Eles tocam o interfone toda hora pedindo dinheiro. Se você der para um, todos querem também. Da última vez, eles tocaram tanto que o interfone quebrou. Não vou mais arrumar para ver se tenho um pouco de sossego.”

Entre os comerciantes, a insatisfação é ainda maior. O dono de uma mercearia no centro do Areal Ricardo Rodrigues, 31 anos, diz que o movimento no seu estabelecimento cai bastante nesta época do ano, quando o albergue está lotado. “Os clientes são coagidos a dar dinheiro e preferem pegar o carro e sair da cidade para fazer compras em outro lugar do que ter que passar por esse constrangimento. Eu acho que o albergue deve existir, mas em uma área longe da cidade”, disse.

Social

O diretor do Albergue Conviver, Alisson Pereira, interpreta as críticas dos moradores como um preconceito com os mais carentes. Segundo ele, a população local espera que a casa tenha o mesmo aspecto de um sistema prisional, restringindo as saídas dos albergados, mas, pelo caráter social do albergue, esse modelo não pode ser adotado. “O albergue é estigmatizado pelos moradores também por conta da especulação

imobiliária, mas eu tenho um olhar diferenciado. Ali é um lugar para garantir a proteção de quem necessita sem privá-los da liberdade. Não podemos encarcerá-los”, rebateu.

Ele também condena a associação da violência à presença dos albergados. De acordo com Pereira, o prédio que tem capacidade para abrigar 700 pessoas, foi construído antes da cidade. E lembrou que o Areal nasceu de uma invasão e tem características de violência que não estão relacionadas ao albergue. “Com ou sem albergue, iria existir tráfico de drogas, assaltos e roubos aqui. E digo que a grande maioria dos crimes que acontecem aqui não é cometido por moradores do albergue, até porque 90% deles estão em trânsito em Brasília para resolver algum problema, ou procurando uma ocupação”, afirmou.

O administrador de Águas Claras, José Júlio Oliveira, reconhece o problema e diz que pretende discutir o assunto com a nova secretária da Sedest, Arlete Sampaio, nos próximos dias. “A administração não tem poder para simplesmente tirar o albergue, até porque tem o caráter social. Mas podemos provocar o assunto, discutir uma remoção, ou outra alternativa, mas o fato é que realmente o albergue incomoda os moradores”, frisou José Júlio.

Abaixo-assinado

Os responsáveis pelo protesto pretendem recolher cerca de 20 mil assinaturas e entregá-las ao governador do DF, Agnelo Queiroz e à secretária de Desenvolvimento, Ação Social e Transferência de Renda (Sedeste), Arlete Sampaio, ambos do PT.

Fonte: site do jornal correio brasiliense: www.correiobraziliense.com.br

Anexo 03: Índice de Vulnerabilidade social segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Nesse estudo, o conceito de vulnerabilidade Social adota a definição proposta no Programa Nacional de Assistência de 2004 (PNAS/2004), onde a população vulnerável é delimitada, sempre no contexto familiar, mediante 9 combinações excludentes de atributos relativos, principalmente, à renda per capita, tamanho, tipo, chefia e composição da família. Trata-se na prática, de um domínio de estudo que só pode ser conhecido e dimensionado através de consulta domiciliar ampla, única forma de se calcular, inclusive, os Índices de Vulnerabilidade Social vigentes em cada um dos Territórios de interesse da Pesquisa.

Grupo I – Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado a fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.

Grupo II – Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo.

Grupo III – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.

Grupo IV – Família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta.

Grupo V – Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.

Grupo VI – Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.

Grupo VII – Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.

Grupo VIII – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.

Grupo IX – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.

A combinação dessas características, portanto, vem compor o Índice de Vulnerabilidade Social em um determinado território, valendo ressaltar que nesse contexto e considerando-se a divisão geográfica do Distrito Federal, que cada uma de suas Regiões Administrativas pode vir a apresentar mais de um território de vulnerabilidade social.

Os resultados iniciais da pesquisa identificaram um Índice de Vulnerabilidade Social para o total do DF da ordem de 51%. Este valor é influenciado, principalmente, pela forte presença de famílias do Grupo IV (24%), do Grupo II (20%) e do Grupo VII (15%).

Fonte: Relatório Analítico Final da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal. DIEESE, 2011. p. 09 e 10.

